

LUIZ GUILHERME **MARINONI**

SÉRGIO CRUZ **ARENHART**

DANIEL **MITIDIERO**

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

COMENTADO

10ª edição

revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretores de Conteúdo e Operações Editoriais
ALEXANDRE FERREIRA MATTIOLI E JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Ana Carolina Francisco

Estagiários: Aline Pavanelli e João Victor Sales

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital
Gerente de Conteúdo
MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Jéssica Viana Bezerra

Analistas de Operações Editoriais: Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiária: Rebeca Crespo Rangel

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print
CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Gerente de Operações e Produção Gráfica
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marinoni, Luiz Guilherme

Código de Processo Civil Comentado / Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero. -- 10. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2024.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-1783-8

1. Processo civil - Leis e legislação - Brasil I. Arenhart, Sérgio Cruz. II. Mitidiero, Daniel. III. Título.

24-188387

CDU-347.9(81)(094.46)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Código de Processo Civil comentado 347.9(81)(094.46)
2. Código de Processo Civil : Comentários : Brasil 347.9(81)(094.46)

SUMÁRIO

Sobre os Autores	7
Apresentação	9
Nota à 10ª Edição	11

LEI 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Código de Processo Civil

1. Código de 1973.....	141
2. Reformas	141
3. Código de 2015.....	141
4. Das fontes às normas.....	142
5. Das normas ao sistema	142
6. O processo civil como meio para tutela dos direitos	142

PARTE GERAL

1. Parte geral e parte especial.....	143
--------------------------------------	-----

LIVRO I

DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

1. Direito e Processo	145
2. Normas Heterotópicas.....	145

TÍTULO ÚNICO

DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

1. Interpretação	146
2. Aplicação.....	146

Capítulo I

DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

1. Normas Fundamentais.....	146
2. Compromissos Fundamentais.....	146
3. Reprodução e Densificação	147
Art. 1º	147
1. Ordenado, Disciplinado e Interpretado.....	147
2. Da Constituição ao Código.....	147
3. Direito ao Processo Justo.....	147
4. Conteúdo do Direito ao Processo Justo	148
5. Eficácia do Direito ao Processo Justo	149
Art. 2º	149
1. <i>Nemo Iudex Sine Actore. Ne Procedat Iudex Ex Officio</i>	149
2. Impulso Oficial	150
Art. 3º	150
1. Direito à Tutela Adequada e Efetiva.....	150
2. Direito à Tutela Adequada	151

3. Direito à Tutela Efetiva.....	151
4. Justiça Multiportas (<i>Multi-door Dispute Resolution</i>).....	152
5. Arbitragem.....	152
6. Solução Consensual.....	153
Art. 4º	153
1. Direito à Tutela Tempestiva.....	153
2. Tutela Tempestiva.....	154
3. Tempo Justo.....	154
4. Direito à Reparação.....	155
5. Economia Processual.....	155
Art. 5º	155
1. Boa-fé.....	155
2. Boa-fé Objetiva.....	156
3. Ausência de Boa-fé.....	156
4. Qualquer Forma.....	156
Art. 6º	156
1. Colaboração.....	156
2. Como Modelo. Comunidade de Trabalho.....	157
3. Pressupostos Culturais do Modelo.....	157
4. Como Princípio.....	158
5. Deveres Cooperativos.....	159
6. Comunidade Argumentativa de Trabalho.....	160
7. Precedente STJ.....	160
Art. 7º	163
1. Direito à Igualdade no Processo Civil.....	163
2. Igualdade Perante a Legislação.....	163
3. Igualdade na Legislação.....	164
4. Igualdade no Processo e Igualdade pelo Processo.....	164
5. Paridade de Tratamento e Efetivo Contraditório.....	164
Art. 8º	165
1. Ordenamento Jurídico.....	165
2. Fins sociais e Bem Comum.....	165
3. Dignidade da Pessoa Humana.....	165
4. Legalidade.....	166
5. Proporcionalidade e Razoabilidade.....	166
6. Razoabilidade e Equidade.....	166
7. Publicidade.....	167
8. Eficiência.....	167
Art. 9º	167
1. Contraditório.....	167
2. Bilateralidade da Instância.....	167
3. Direito de Influência.....	168
4. Prévio, Diferido ou Eventual.....	168
5. Prévio.....	169
6. Exceções.....	169
Art. 10	169
1. Vedação à Decisão-surpresa.....	169

2. <i>Iura Novit Curia</i>	169
3. <i>Da Mibi Factum, Dado Tibi Ius</i>	170
4. Precedente do STJ.....	170
Art. 11	173
1. Fundamentação.....	173
2. Publicidade.....	173
3. Administração democrática da justiça civil.....	173
Art. 12	173
1. Ordem preferencialmente cronológica.....	174
2. Listas.....	174
3. Fora da ordem.....	174
4. Exceções.....	175
5. Primeiro lugar na lista.....	175

Capítulo II

DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

Art. 13	175
1. Normas brasileiras.....	175
Art. 14	176
1. Direito Intertemporal.....	176
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo.....	176
3. Isolamento dos Atos Processuais.....	176
4. Enunciados Administrativos do STJ sobre Direito Intertemporal.....	177
Art. 15	177
1. Supletiva e subsidiariamente.....	177

LIVRO II

DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

TÍTULO I

DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO

Art. 16	180
1. Jurisdição.....	180
2. Jurisdição civil.....	180
3. Unidade da jurisdição.....	180
4. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	180
5. Jurisdição e território nacional.....	180
6. Jurisdição, tutela jurisdicional e tutela jurisdicional dos direitos.....	181
7. Equivalentes jurisdicionais.....	181
8. Jurisdição e arbitragem.....	181
Art. 17	182
1. Ação como direito à tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva mediante processo justo.....	182
2. Interesse e legitimidade.....	182
3. Aferição da existência de interesse e de legitimidade.....	182

Art. 18	183
1. Substituição processual	183
2. Excepcionalidade	183
3. Poderes	183
4. Assistente litisconsorcial	183
5. Coisa julgada	183
6. Substituição processual, cooperativa e ato cooperativo.....	184
Art. 19	184
1. Ação declaratória	184
2. Interesse do autor	184
3. Existência, inexistência ou modo de ser de relação jurídica	184
4. Autenticidade ou falsidade de documento	185
5. Ação declaratória e título executivo	185
6. Demais ações declaratórias.....	185
Art. 20	185
1. Ação declaratória e violação do direito	185
TÍTULO II	
DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	
Capítulo I	
DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL	
1. Jurisdição e Competência.....	186
2. Limites da Jurisdição Nacional.....	186
3. Competência Internacional Concorrente e Competência Internacional Exclusiva	186
Art. 21	186
1. Competência Internacional Concorrente	186
Art. 22	187
1. Alimentos internacionais	187
2. Relações de consumo internacionais.....	187
3. Cláusula de eleição de foro internacional.....	188
Art. 23	188
1. Competência Internacional Exclusiva	188
2. Não Homologação de Sentença Estrangeira	188
3. Cláusula de eleição de foro internacional.....	188
Art. 24	189
1. Ineficácia da Litispendência Estrangeira	189
2. Ineficácia da Coisa Julgada Estrangeira	189
3. Pendência de processo no Brasil	189
Art. 25	189
1. Cláusula de eleição de foro internacional.....	190
2. Requisitos da Cláusula perante o Direito Brasileiro.....	190
3. Abusividade da Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	190
4. <i>Forum shopping</i>	190
5. Mercosul.....	190

Capítulo II DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 26	190
1. Cooperação internacional e tratados	191
2. Autoridade central	191
Art. 27	191
1. Objeto da cooperação internacional	191

Seção II Do Auxílio Direto

Art. 28	191
1. Auxílio direto.....	191
2. Auxílio direto ativo	192
3. Auxílio direto passivo.....	192
4. Desnecessidade de deliberação.....	192
Art. 29	192
1. Autoridade central	192
Art. 30	192
1. Matéria de auxílio direto	192
Art. 31	192
1. Dispensa de intermediação diplomática	193
Art. 32	193
1. Atos não jurisdicionais	193
Art. 33	193
1. Intervenção do órgão de atuação jurídica.....	193
Art. 34	193
1. Auxílio direto de conteúdo jurisdicional.....	193

Seção III Da Carta Rogatória

Art. 35 (Vetado)	193
Art. 36	193
1. Carta rogatória.....	194
2. Decisões finais	194
3. <i>Exequatur</i>	194
4. Pedidos de urgência.....	194

Seção IV Disposições Comuns às Seções Anteriores

Art. 37	194
1. Tramitação.....	194

Art. 38	194
1. Formalização	195
Art. 39	195
1. Recusa	195
Art. 40	195
1. Procedimento para homologação de sentença estrangeira e para <i>exequatur</i> a carta rogatória	195
Art. 41	195
1. Autenticação de documentos	195
2. Reciprocidade	195

TÍTULO III DA COMPETÊNCIA INTERNA

Capítulo I DA COMPETÊNCIA

Seção I Disposições Gerais

1. Critérios para Definição de Competência	196
2. Competência Absoluta e Competência Relativa.....	196
Art. 42	196
1. Causas Cíveis.....	196
2. Juízo Arbitral.....	196
Art. 43	197
1. Perpetuação da Competência	197
2. Incompetência Superveniente.....	197
3. Outras Exceções	198
Art. 44	198
1. Fontes para Determinação de Competência.....	198
2. Competência em Razão do Valor	198
3. Competência em Razão da Matéria	198
4. Competência em Razão da Pessoa.....	199
5. Critério Funcional para Determinação de Competência	199
Art. 45	199
1. Competência da Justiça Estadual em Razão da Matéria	199
2. Jurisdição voluntária	200
3. Remessa dos autos entre Justiça Estadual e Federal	200
4. Pendência de Pedido da Competência da Justiça Estadual e Intervenção de Entidade Sujeita à Competência Federal.....	200
5. Intervenção da União depois da apelação	200
6. Anulação de Multa Eleitoral	201
7. Acidente de Trabalho.....	201
8. Greve e ação possessória.....	201
9. Descumprimento de Normas Trabalhistas	201
10. Juízo da Recuperação Judicial e Construção de Bens	201
11. Intervenção anômala.....	201

Art. 46	201
1. Critério Territorial para Determinação de Competência.....	202
2. <i>Auctor Sequitur Forum Rei</i>	202
3. Execução fiscal.....	202
Art. 47	202
1. <i>Forum Rei Sitae</i>	202
Art. 48	203
1. Foro do Autor da Herança	203
2. Foros Subsidiários.....	203
Art. 49	203
1. Foro do Ausente.....	203
Art. 50	204
1. Foro do Incapaz	204
Art. 51	204
1. Foro da União	204
2. Usucapião	204
3. Justificação judicial	204
4. Sociedades de Economia Mista Federal	204
5. FGTS	205
6. Reintegração de servidor federal	205
7. Fundação Habitacional do Exército	205
8. RFFSA	205
9. Retificação de Dados Cadastrais da Justiça Eleitoral	205
10. Seguro Marítimo	205
11. COBAL e CIBRAZEM	205
12. Concessionária de Telefonia e Relação de Consumo	205
13. Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social	205
14. Natureza constitucional	205
Art. 52	205
1. Foro dos Estados e do Distrito Federal.....	206
Art. 53	206
1. Foro do Divórcio, Separação, Anulação de Casamento e Reconhecimento ou Dissolução de União Estável	206
2. Foro do Alimentando.....	206
3. Foro do Lugar.....	207
4. Foro do Lugar do Ato ou Fato.....	207
5. Foro do Domicílio do Autor ou do Lugar do Fato	207

Seção II

Da Modificação da Competência

1. Modificações da Competência.....	207
Art. 54	208
1. Competências Modificáveis pela Conexão	208
Art. 55	208
1. Conexão.....	208

2. Classificação da Conexão.....	208
3. Faculdade Judicial.....	209
4. Julgamento de uma das ações conexas.....	209
5. Reunião de processo de execução e processo de conhecimento.....	209
Art. 56.....	209
1. Continência.....	209
Art. 57.....	209
1. Reunião das Causas.....	209
2. Obrigatoriedade.....	209
Art. 58.....	210
1. Prevenção.....	210
2. Prevenção e produção antecipada de prova.....	210
Art. 59.....	210
1. Momento da prevenção.....	210
2. Prevenção e juízo incompetente.....	210
Art. 60.....	210
1. Imóvel Situado em Mais de um Estado, Comarca ou Subseção Judiciária.....	210
Art. 61.....	210
1. Competência e Conexão Qualificada por Acessoriedade.....	210
2. Competência e Conexão Qualificada por Reconvenção, Prejudicialidade, Garantia e Compensação.....	211
Art. 62.....	211
1. Competências Não Modificáveis pela Vontade das Partes.....	211
Art. 63.....	211
1. <i>Forum Electionis</i> e <i>Forum Contractus</i>	211
2. Forma do Foro de Eleição.....	211
3. Transmissibilidade do Foro de Eleição.....	212
4. Nulidade da Cláusula de Eleição de Foro.....	212

Seção III

Da Incompetência

Art. 64.....	212
1. Incompetência Relativa.....	212
2. Incompetência Absoluta.....	212
3. Procedimento.....	213
4. Recurso.....	213
5. Decisões do juízo incompetente.....	213
Art. 65.....	213
1. Prorrogação de Competência.....	213
2. Legitimidade para arguir a incompetência.....	214
Art. 66.....	214
1. Conflito de Competência.....	214
2. Objeto do Conflito de Competência.....	215

Capítulo II DA COOPERAÇÃO NACIONAL

Art. 67	215
1. Dever de Cooperação.....	215
2. Cooperação e arbitragem	215
Art. 68	215
1. Cooperação e atos processuais.....	215
Art. 69	215
1. Cooperação e forma.....	216
2. Cooperação judicial e solicitação de tribunal arbitral	216
3. Atos concertados.....	216
4. Cooperação judicial e recuperação judicial	216

LIVRO III DOS SUJEITOS DO PROCESSO

TÍTULO I DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. Conceito de Parte	218
2. Conceito de Procurador	218

Capítulo I DA CAPACIDADE PROCESSUAL

1. Capacidade Processual.....	218
2. Requisito para Concessão da Tutela Jurisdicional do Direito	218
Art. 70	219
1. Capacidade para Estar em Juízo	219
Art. 71	219
1. Representação e Assistência dos Incapazes.....	220
2. Pessoa com Deficiência e Acesso à Justiça	220
3. Poder Familiar	220
4. Tutores.....	220
5. Curadores	220
6. Tomada de Decisão Processual Apoiada.....	220
7. Intervenção do Ministério Público.....	220
Art. 72	221
1. Curador Especial	221
2. Curador Especial e Incapazes.....	221
3. Curador Especial, Prisão e Revelia	221
4. Poderes do Curador Especial	221
5. Curador Especial e Defensoria Pública	222
6. Curador Especial e Ministério Público.....	222
Art. 73	222
1. Capacidade para Estar em Juízo Ativamente dos Cônjuges ou Conviventes	222
2. Capacidade para estar em Juízo Passivamente dos Cônjuges ou Conviventes	223
3. Capacidade para estar em Juízo dos Cônjuges ou Conviventes e Ações Possessórias.....	223

4. Ausência do Consentimento do Cônjuge ou Convivente	223
5. Preterição da Formação Litisconsorcial Necessária	224
Art. 74.	224
1. Suprimento Judicial do Assentimento do Cônjuge.....	224
2. Recusa do Suprimento Judicial.....	224
Art. 75.	224
1. Apresentação e Representação	225
2. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno	225
3. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Privado.....	226
4. Representação dos Entes Despersonalizados.....	226
Art. 76.	227
1. Incapacidade Processual e Dever de Dialogar.....	227
2. Consequências da Não Sanação do Defeito.....	227
3. Consequências da Não Sanação do Defeito em Grau Recursal.....	228

Capítulo II

DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

1. Deveres de Todos os Participantes do Processo.....	228
---	-----

Seção I

Dos Deveres

Art. 77.	228
1. Proibidade Processual	229
2. Dever de Veracidade	230
3. Dever de Lealdade e de Boa-fé.....	230
4. Dever de Não Formular Alegações Ciente de que Destituídas de Fundamentação	231
5. Dever de Não Produzir Provas ou Praticar Atos Inúteis ou Desnecessários à Declaração ou Defesa do Direito	231
6. Dever de Exato Cumprimento das Decisões Judiciais	231
7. Dever de Apresentação e Atualização de Endereço	231
8. Dever de Não Praticar Inovação Ilegal	231
9. Dever de Informação e Atualização de Dados Cadastrais.....	232
10. Violação aos deveres.....	232
11. Atos atentatórios ao Exercício da Jurisdição.....	232
12. Ato Atentatório e Dever de Cumprimento das Decisões Judiciais.....	232
13. Sanções do Atentado	233
Art. 78.	233
1. Expressões Ofensivas.....	233
2. Sanções Criminais	233
3. Sanções Cíveis para o Advogado.....	234

Seção II

Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual

Art. 79.	234
1. Responsabilidade por Dano Processual	234
Art. 80.	235
1. Rol Exemplificativo	235

2. Alegações Desprovidas de Fundamentação	235
3. Alteração da Verdade dos Fatos	235
4. Uso do Processo para Consecução de Objetivo Ilegal	235
5. Resistência Injustificada ao Andamento do Processo	235
6. Condução Temerária da Causa.....	236
7. Incidentes Manifestamente Infundados	236
8. Interposição de Recurso com Intuito Manifestamente Protelatório	236
9. Litigância de Má-fé e Benefício da Gratuidade Judiciária	236
Art. 81	236
1. Consequências da Má-fé no Processo	237
2. Pluralidade de Litigantes de Má-fé.....	237
3. Valor da Indenização.....	237

Seção III

Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas

Art. 82	237
1. Ônus de Antecipação de Despesas Judiciais	237
2. Despesas Processuais	238
3. Justiça Gratuita	238
4. Antecipação de Tutela e Despesas Processuais.....	238
5. Condenação nas Despesas Processuais	239
6. Princípio da Causalidade.....	239
7. Ministério Público e Despesas Processuais.....	239
Art. 83	240
1. <i>Cautio pro Expensis</i>	240
2. Constitucionalidade.....	240
3. Demandante.....	240
4. Qualquer Espécie de Ação	241
5. Momento.....	241
6. Benefício da Gratuidade	241
7. Dispensa de Caução às Despesas.....	241
8. Reforço de Caução	241
9. Caução Espontânea e Caução Forçada.....	241
10. Caução Real e Caução Fidejussória	242
Art. 84	242
1. Despesas processuais.....	242
Art. 85	242
1. Honorários Advocatícios	244
2. Fixação da Verba Honorária.....	244
3. Honorários e Fazenda Pública	245
4. Honorários a Favor dos Advogados Públicos. Constitucionalidade	245
5. Honorários, Cumprimento de Sentença e Execução	246
6. Apreciação Equitativa do Juiz	247
7. Honorários e Embargos de Terceiros.....	247
8. Honorários Recursais.....	247
9. Honorários e Cessão de Crédito.....	248
10. Honorários e Astreintes	248
11. Honorários, Ação Rescisória e Repetibilidade.....	248

Art. 86	248
1. Sucumbência Parcial.....	248
2. Sucumbência Mínima.....	249
Art. 87	249
1. Pluralidade de Partes e Despesas Processuais.....	249
2. Pluralidade de Partes e Sucumbência Parcial.....	249
Art. 88	249
1. Jurisdição Voluntária e Despesas Processuais.....	249
Art. 89	249
1. Juízos Divisórios Voluntários e Despesas Processuais.....	250
Art. 90	250
1. Desistência, Renúncia, Reconhecimento e Despesas Processuais.....	250
2. Transação e Despesas Processuais.....	251
Art. 91	251
1. Ministério Público e Despesas Processuais.....	251
2. Fazenda Pública e Despesas Processuais.....	251
Art. 92	251
1. Abandono de Causa e Despesas Processuais.....	252
Art. 93	252
1. Atos Adiados ou Repetidos e Despesas Processuais.....	252
2. Justo Motivo.....	252
Art. 94	252
1. Assistência e Despesas Processuais.....	252
Art. 95	252
1. Adiantamento de Honorários de Perito e de Assistentes Técnicos.....	253
2. Honorários periciais e Ministério Público.....	253
3. Honorários Periciais e Gratuidade da Justiça.....	253
Art. 96	254
1. Sanções à Má-fé e Beneficiários.....	254
Art. 97	254
1. Fundos de Modernização do Poder Judiciário.....	254
Seção IV	
Da Gratuidade da Justiça	
1. Assistência judiciária gratuita.....	254
Art. 98	254
1. Requisitos da Gratuidade da Justiça.....	255
2. Pessoa Jurídica e Assistência Judiciária Gratuita.....	255
3. Instituição Financeira e Gratuidade de Justiça.....	255
4. Modulação da Gratuidade da Justiça.....	256
5. Custeio de Prova Pericial e Gratuidade da Justiça.....	256
Art. 99	256
1. Assistência Judiciária Gratuita e Simples Afirmação de Pessoa Natural.....	256

2. Pessoa Jurídica e Gratuidade de Justiça	257
3. Duração do Benefício	257
4. Irretroatividade do benefício	257
5. Concessão tácita.....	257
6. Pessoalidade do Benefício	257
7. Recurso no Interesse Exclusivo do Advogado e Gratuidade	257
Art. 100	257
1. Impugnação ao benefício	258
Art. 101	258
1. Gratuidade da Justiça e Recurso	258
2. Suspensividade do recurso.....	258
Art. 102	258
1. Revogação da Gratuidade e Prazo para o Recolhimento das Despesas.....	259

Capítulo III DOS PROCURADORES

Art. 103	259
1. Representação da Parte em Juízo.....	259
2. Advocacia em Causa Própria.....	259
Art. 104	259
1. Capacidade Postulatória e Procuração	259
2. Postulação sem Procuração	260
Art. 105	260
1. Procuração e Poderes.....	260
2. Procuração e Assinatura Digital	260
3. Requisitos da Procuração	261
Art. 106	261
1. Ônus do Advogado	261
2. Endereço a ser indicado	261
Art. 107	261
1. Direitos do Advogado	262

Capítulo IV DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. Sucessão Processual	262
Art. 108	262
1. Estabilidade Subjetiva do Processo	262
Art. 109	263
1. Alienação da Coisa Litigiosa.....	263
2. Legitimidade para Causa	263
3. Eficácia da Sentença	263
Art. 110	264
1. Sucessão Processual Necessária	264
2. Morte da Parte e Direitos Personalíssimos	264

Art. 111	264
1. Sucessão de Patronos	264
Art. 112	265
1. Denúncia do Mandato	265

TÍTULO II DO LITISCONSÓRCIO

1. Litisconsórcio	266
2. Classificação do Litisconsórcio	266
Art. 113	266
1. Fontes do Litisconsórcio	266
2. Litisconsórcio Facultativo	267
3. Litisconsórcio Facultativo Multitudinário.....	267
Art. 114	268
1. Litisconsórcio Necessário	268
2. Litisconsórcio Facultativo Unitário.....	268
Art. 115	269
1. Consequências da Não Formação de Litisconsórcio Necessário	269
2. Litisconsórcio Necessário e Ação Rescisória	269
Art. 116	269
1. Litisconsórcio Unitário	270
2. Litisconsórcio Unitário e Recurso Interposto por um Litisconsorte	270
Art. 117	270
1. Regimes do Litisconsórcio	270
2. Regime Comum	270
3. Regime Especial	270
Art. 118	271
1. Condução do Processo	271

TÍTULO III DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

1. Partes e Terceiros	272
2. Intervenção de Terceiros	272
3. Intervenção Voluntária e Intervenção Forçada	272

Capítulo I DA ASSISTÊNCIA

1. Assistência	272
----------------------	-----

Seção I Disposições Comuns

Art. 119	272
1. Requisitos.....	272
2. Estado do Processo	273

Art. 120	273
1. Admissão do Assistente Simples	273

Seção II

Da Assistência Simples

Art. 121	274
1. Assistência Simples.....	274
2. Poderes e Ônus do Assistente Simples	274
3. Revelia do Assistido	275
Art. 122	275
1. Subordinação do Assistente Simples	275
Art. 123	275
1. Eficácia da Assistência Simples.....	275
2. <i>Exceptio Male Gestis Processus</i>	276

Seção III

Da Assistência Litisconsorcial

Art. 124	276
1. Assistência “Litisconsorcial”.....	276

Capítulo II

DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

Art. 125	276
1. Denúnciação da Lide	277
2. Obrigatoriedade da Denúnciação	277
3. Litisdenúnciação pelo Demandante e pelo Demandado.....	277
4. Hipóteses de Denúnciação.....	277
5. Cabimento da Denúnciação.....	277
6. Litisdenúnciação Sucessiva	278
7. Denúnciação da Lide <i>Per Saltum</i>	278
Art. 126	278
1. Momento Oportuno para Denúnciação	278
2. Controle de Ofício	278
3. Prazo para a Convocação do Denunciado.....	279
Art. 127	279
1. Denúnciação pelo Demandante e Comparecimento do Denunciado	279
Art. 128	279
1. Denúnciação pelo Demandado e Comparecimento do Denunciado	280
2. Condenação do Denunciado	280
Art. 129	280
1. Decisão Simultânea	280
2. Despesas Processuais	280

Capítulo III DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

Art. 130	281
1. Chamamento ao Processo	281
2. Hipóteses	281
3. Cabimento	281
Art. 131	282
1. Momento Oportuno para o Chamamento	282
2. Controle de Ofício	282
3. Citação do Chamado	282
Art. 132	282
1. Eficácia da Decisão	282

Capítulo IV DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 133	283
1. Autonomia da Pessoa Jurídica	283
2. Desconsideração da Personalidade Jurídica	283
3. Desconsideração Inversa	283
4. Pressupostos. Direito Civil. O Código Civil	283
5. Pressupostos. Direito do Consumidor	284
6. Pressupostos. Direito Econômico	284
7. Pressupostos. Direito do Trabalho	284
8. Pressupostos. Direito Tributário	284
9. Desconsideração como “Regra de Exceção”	285
10. Requerimento da Parte ou do Ministério Público e Atuação de Ofício	285
Art. 134	285
1. Cabimento do incidente	285
2. Desconsideração Requerida na Petição Inicial	285
3. Desconsideração Requerida em outro Momento	286
Art. 135	286
1. Contraditório	286
Art. 136	286
1. Decisão e Recurso	286
Art. 137	286
1. Fraude de execução	286

Capítulo V DO AMICUS CURIAE

Art. 138	287
1. <i>Amicus Curiae</i>	287
2. Representatividade Adequada	287
3. Intervenção de Terceiros e <i>Amicus Curiae</i>	287
4. Extensão dos Poderes do <i>Amicus Curiae</i>	288

TÍTULO IV
DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Capítulo I

DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ

Art. 139	289
1. Direção do Processo	289
2. Deveres na Direção do Processo	290
3. Técnica Executiva Atípica	290
4. STJ. “Subsidiariedade”	290
5. Flexibilização Procedimental	290
6. Colheita do Interrogatório Livre	291
7. Dever de Saneamento	291
8. Outros Deveres na Direção do Processo	291
Art. 140	291
1. Dever de Decidir	292
2. Julgamento do Caso	292
3. Equidade	292
Art. 141	292
1. Princípio da Demanda	292
2. Mérito Processual	293
3. Questões Conhecíveis de Ofício	293
4. Quebra da Congruência entre Pedido e Tutela Jurisdicional	293
Art. 142	293
1. Uso Ilegal do Processo	293
2. Circunstâncias da Causa	293
3. Extinção do Processo sem Resolução de Mérito	293
Art. 143	294
1. Responsabilidade Civil do Juiz	294
2. Notificação ao Juiz	294

Capítulo II

DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

1. Imparcialidade	294
Art. 144	294
1. Impedimentos	295
2. Hipóteses	295
3. Alegação de Impedimento	296
Art. 145	296
1. Suspeições	296
2. Hipóteses	297
3. Alegação de Suspeição	297
4. Suspeição por Motivo Superveniente	297
Art. 146	298
1. Alegação de Impedimento	298
2. Alegação de Suspeição	298

3. Legitimidade	299
4. Prazo	299
5. Qualquer Tempo e Grau de Jurisdição	299
6. Juiz do Processo	299
7. Suspensão	299
Art. 147	300
1. Impedimento no Tribunal	300
Art. 148	300
1. Extensão de Impedimentos e Suspeições	300
2. Perito e Intérprete	300
3. Procedimento	301
4. Procedimento nos Tribunais	301
5. Impedimento e Suspeição da Testemunha	301

Capítulo III

DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Art. 149	301
1. Auxiliares do Juízo	301

Seção I

Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça

Art. 150	301
1. Ofícios da Justiça	302
Art. 151	302
1. Número de oficiais de justiça	302
Art. 152	302
1. Atribuições do Escrivão de Justiça	302
2. Impedimento do Escrivão e Substituição para o Ato	303
Art. 153	303
1. Ordem Preferencialmente Cronológica de Publicação e Efetivação de Atos Judiciais	303
Art. 154	303
1. Atribuições do Oficial de Justiça	304
Art. 155	304
1. Responsabilidade Civil do Escrivão e do Oficial	304

Seção II

Do Perito

Art. 156	304
1. Perito	305
2. Escolha do Perito	305
3. Escolha do Especialista	305
Art. 157	305
1. Dever e Escusa do Perito	306
2. Apresentação da Escusa	306

3. Lista de Peritos	306
4. Dever e Escusa do Especialista.....	306
Art. 158	306
1. Responsabilidade do Perito.....	306

Seção III

Do Depositário e do Administrador

Art. 159	307
1. Depositário e Administrador	307
Art. 160	307
1. Remuneração.....	307
2. Preposto.....	307
Art. 161	307
1. Responsabilidade Civil do Depositário e do Administrador	308

Seção IV

Do Intérprete e do Tradutor

Art. 162	308
1. Intérprete e Tradutor.....	308
2. Atribuições	308
Art. 163	308
1. Nomeação de Intérprete e de Tradutor	309
Art. 164	309
1. Dever e Escusa.....	309
2. Responsabilidade do Intérprete e do Tradutor.....	309

Seção V

Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais

Art. 165	309
1. Conciliação.....	310
2. Mediação.....	310
3. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.....	310
Art. 166	310
1. Princípios da Conciliação e da Mediação	310
2. Procedimento	311
Art. 167	311
1. Quadro de Conciliadores e Mediadores	312
2. Capacitação e reciclagem	312
Art. 168	312
1. Escolha do Conciliador ou do Mediador.....	312
Art. 169	312
1. Remuneração.....	313
2. Trabalho Voluntário.....	313

Art. 170	313
1. Impedimento e Suspeição do Conciliador e do Mediador	313
2. Arguição de impedimento e suspeição.....	313
Art. 171	313
1. Impossibilidade temporária	313
Art. 172	313
1. Vedação de atuação parcial	313
Art. 173	314
1. Exclusão do cadastro.....	314
Art. 174	314
1. Mediação e Conciliação Públicas	314
Art. 175	314
1. Outras Formas de Autocomposição	315
2. Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação	315

TÍTULO V DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 176	316
1. Papel Constitucional do Ministério Público.....	316
2. Ministério Público e Ações Individuais.....	316
3. Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais	316
Art. 177	316
1. Ministério Público como Parte	317
2. Prerrogativas do Ministério Público.....	317
3. Litisconsórcio entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual	317
Art. 178	317
1. Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	317
2. Ministério Público e Interesse Público Primário	317
Art. 179	318
1. Poderes do Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	318
2. Intervenção Obrigatória do Ministério Público e Invalidez Processual.....	318
Art. 180	319
1. Prazo em Dobro.....	319
2. Interesse Público e não Intervenção no Prazo Legal.....	319
Art. 181	319
1. Responsabilidade Civil do Ministério Público	319

TÍTULO VI DA ADVOCACIA PÚBLICA

Art. 182	320
1. Advocacia Pública.....	320
Art. 183	320
1. Prazo e Intimação Pessoal	320

Art. 184	320
1. Responsabilidade Civil do Advogado Público	320

**TÍTULO VII
DA DEFENSORIA PÚBLICA**

Art. 185	321
1. Função Constitucional da Defensoria Pública	321
2. Defensoria Pública e Honorários Sucumbenciais	321
Art. 186	321
1. Prazo e Intimação Pessoal	321
Art. 187	322
1. Responsabilidade Civil do Defensor Público	322

**LIVRO IV
DOS ATOS PROCESSUAIS**

1. Atos processuais	323
---------------------------	-----

**TÍTULO I
DA FORMA, DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS**

1. Forma	324
2. Tempo	324
3. Lugar	324

**Capítulo I
DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS**

**Seção I
Dos Atos em Geral**

Art. 188	324
1. Instrumentalidade das Formas	324
2. <i>Fac-simile</i>	325
Art. 189	325
1. Publicidade	325
2. Segredo de justiça	325
Art. 190	326
1. Acordos processuais	326
2. Objeto	327
3. Controle	327
Art. 191	327
1. Calendário Processual	327
2. Violação	327
3. Modificação	328
Art. 192	328
1. Língua Portuguesa	328
2. Documento Redigido em Língua Estrangeira	328
3. Tradutor Juramentado	328

Seção II

Da Prática Eletrônica de Atos Processuais

Art. 193	329
1. Prática Eletrônica	329
2. Processo Eletrônico	329
Art. 194	329
1. Processo Justo	329
Art. 195	329
1. Registro	329
Art. 196	330
1. Poder Regulamentar	330
Art. 197	330
1. Presunção de Veracidade e Proteção da Confiança	330
2. Justa Causa	330
Art. 198	330
1. Infraestrutura	331
Art. 199	331
1. Acessibilidade	331

Seção III

Dos Atos das Partes

Art. 200	331
1. Eficácia Imediata dos Atos Processuais	331
Art. 201	331
1. Recibo	332
Art. 202	332
1. Cotas Marginais ou Interlineares	332

Seção IV

Dos Pronunciamentos do Juiz

Art. 203	332
1. Pronunciamentos do Juiz	332
2. Sentenças	332
3. Decisões Interlocutórias	333
4. Despachos	333
Art. 204	333
1. Acórdãos	333
2. Decisões Monocráticas	333
Art. 205	334
1. Autenticidade	334
2. Assinatura Eletrônica	334
3. Publicação	334

Seção V
Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria

Art. 206	334
1. Recebimento da inicial.....	334
2. Autos adicionais e sobreautuação	334
Art. 207	334
1. Numeração e Rubrica.....	335
2. Faculdade.....	335
Art. 208	335
1. Forma Simplificada.....	335
2. Responsabilidade do Serventuário	335
Art. 209	335
1. Autenticidade	336
2. Forma Digital	336
Art. 210	336
1. Taquigrafia, Estenotipia e Outros	336
Art. 211	336
1. Espaços em Branco, Entrelinhas, Emendas e Rasuras.....	336

Capítulo II
DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

Seção I
Do Tempo

Art. 212	337
1. Tempo	337
2. Conclusão.....	337
3. Citações, Intimações e Penhoras	337
4. Horário Forense e Horário Bancário	337
Art. 213	338
1. Horário Eletrônico	338
Art. 214	338
1. Férias Forenses e Feriados	338
2. Atos Processuais em Feriados.....	338
Art. 215	338
1. Tramitação Ininterrupta.....	339
Art. 216	339
1. Dias Feriados	339

Seção II
Do Lugar

Art. 217	339
1. Lugar.....	339

Capítulo III DOS PRAZOS

Seção I Disposições Gerais

1. Prazos	340
2. Classificação	340
3. Alterabilidade	340
4. Fluência e Contagem	340
Art. 218	340
1. Prazos Legais e Prazos Judiciais	340
2. Espera	341
3. Dupla Omissão	341
4. Tempestividade	341
Art. 219	341
1. Contagem Dias Úteis	341
2. Suspensão e Interrupção	341
Art. 220	341
1. Recesso Forense	341
Art. 221	342
1. Obstáculo	342
2. Suspensão do Processo	342
3. Autocomposição	342
4. Restituição	342
Art. 222	342
1. Prorrogação	342
2. Redução	343
Art. 223	343
1. Prazos Próprios e Prazos Impróprios	343
2. Preclusão	343
3. Direito de Praticar ou Emendar	343
4. Justa causa	343
5. Procedimento	344
Art. 224	344
1. Contagem	344
2. Métodos	345
Art. 225	345
1. Renúncia	345
Art. 226	345
1. Prazos para o Juiz	345
Art. 227	345
1. Prazos Impróprios e Inexistência de Preclusão Temporal	345
2. Motivo Justificado	346

Art. 228	346
1. Prazos para o Servidor.....	346
Art. 229	346
1. Litisconsórcio	346
2. Processo Eletrônico	346
Art. 230	347
1. Fluência do Prazo	347
Art. 231	347
1. Fluência de Prazo.....	347
2. Correio	348
3. Oficial de Justiça	348
4. Escrivão ou Chefe de Secretaria	348
5. Edital.....	348
6. Eletrônica	348
7. Carta.....	348
8. Diário da Justiça Impresso ou Eletrônico	348
9. Carga	348
10. Mensagem Eletrônica	348
11. Pluralidade de Réus e Citação	348
12. Pluralidade de Partes e Intimação	348
13. Ato pessoal da Parte	348
14. Portal Eletrônico.....	349
Art. 232	349
1. Imediatamente Informada	349

Seção II

Da Verificação dos Prazos e das Penalidades

Art. 233	349
1. Verificação dos Prazos.....	349
2. Processo Administrativo	349
Art. 234	350
1. Restituição dos Autos	350
Art. 235	350
1. Excesso de Prazo pelo Juiz	350

TÍTULO II

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 236	352
1. Cumprimento dos Atos Processuais.....	352
2. Videoconferência.....	352
Art. 237	352
1. Expedição de Cartas	352

2. Carta de Ordem	353
3. Carta Rogatória	353
4. Carta Precatória	353
5. Carta Arbitral	353
6. Inexistência de Juízo Federal	353

Capítulo II DA CITAÇÃO

Art. 238	353
1. Citação	354
2. Prazo	354
3. Audiência	354
4. Defesa	354
5. Atitudes	354
Art. 239	355
1. Validade do Processo	355
2. Inexistência	355
3. Invalidade	355
4. Rejeição	355
Art. 240	356
1. Efeitos	356
2. Litispendência	356
3. Litigiosidade da Coisa	356
4. Constituição em Mora	356
5. Interrupção da Prescrição	357
6. Dinâmica da Citação	357
7. Demais Prazos Extintivos	357
Art. 241	358
1. Comunicação	358
Art. 242	358
1. Pessoaalidade e Pessoa Física	358
2. Pessoaalidade e Pessoa Jurídica	358
3. Réu Ausente	358
4. Réu Locador Ausente	359
5. Fazenda Pública	359
Art. 243	359
1. Lugar da Citação	359
2. Citação do Militar	359
Art. 244	359
1. Vedação à Citação	360
Art. 245	360
1. Réu Mentalmente Incapaz ou Impossibilitado	360
2. Procedimento	360
Art. 246	360
1. Modalidades	361
2. Meio Eletrônico	362

3. Cadastro Eletrônico.....	362
4. Usucapião.....	362
Art. 247	362
1. Meio Eletrônico e Correio.....	363
2. Exceções.....	363
Art. 248	363
1. Procedimento.....	364
2. Recebimento.....	364
Art. 249	364
1. Oficial de Justiça.....	364
Art. 250	364
1. Mandado.....	365
Art. 251	365
1. Procedimento.....	365
Art. 252	366
1. Hora certa.....	366
2. Procura do Citando.....	366
3. Suspeita de Ocultação.....	366
4. Pessoa Intimada.....	366
5. Dia Útil Imediato.....	367
Art. 253	367
1. Efetivação.....	367
2. Ultimação.....	367
3. Revelia.....	367
Art. 254	368
1. Comunicação.....	368
Art. 255	368
1. Contíguas.....	368
Art. 256	368
1. Edital.....	368
2. Desconhecido ou Incerto.....	369
3. Ignorado, Incerto ou Inacessível.....	369
4. Dever de Auxílio.....	369
5. Outros Casos.....	369
6. Divulgação.....	369
7. Revelia.....	370
Art. 257	370
1. Pressupostos.....	370
2. Requisitos.....	370
3. Procedimento.....	370
4. Prazo de Espera e Prazo de Resposta.....	371
Art. 258	371
1. Alegação Dolosa.....	371

Art. 259	371
1. Editais necessários	371

Capítulo III DAS CARTAS

Art. 260	372
1. Requisitos Essenciais	372
2. Requisitos Eventuais.....	372
3. Carta Arbitral	372
Art. 261	372
1. Cumprimento.....	373
2. Diligência	373
Art. 262	373
1. Itinerante	373
Art. 263	373
1. Meio Eletrônico.....	373
2. Outros Meios.....	374
Art. 264	374
1. Resumo Substancial.....	374
Art. 265	374
1. Telefone.....	374
Art. 266	374
1. De Ofício.....	374
Art. 267	375
1. Recusa	375
2. Requisitos	375
3. Incompetência Absoluta	375
4. Autenticidade	376
5. Irresignação em Face do Ato Praticado	376
6. Decisão Fundamentada.....	376
Art. 268	376
1. Devolução.....	376

Capítulo IV DAS INTIMAÇÕES

Art. 269	376
1. Intimação	376
2. Modalidades	377
Art. 270	377
1. Meio Eletrônico.....	377
2. Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública.....	377
Art. 271	377
1. De Ofício.....	377

Art. 272	378
1. Publicação	378
2. Indicação Específica	379
3. Carga dos Autos.....	379
4. Preposto.....	379
5. Invalidez ou Ineficácia	379
Art. 273	379
1. Escrivão ou Chefe de Secretaria	379
Art. 274	380
1. Correio, Cartório ou Secretaria	380
2. Endereço	380
Art. 275	380
1. Oficial de Justiça	380
2. Certidão.....	380
3. Hora certa.....	380
4. Edital.....	381
TÍTULO III	
DAS NULIDADES	
1. Forma e Invalidez.....	382
2. Invalidez Processuais	382
3. Teorias sobre Invalidez Processuais.....	382
4. Invalidez Processuais e Colaboração	382
Art. 276	383
1. Proibição do <i>Venire contra Factum Proprium</i>	383
Art. 277	383
1. Finalidade	383
Art. 278	383
1. Alegação	383
2. “Nulidade de Algibeira”.....	384
Art. 279	384
1. Ministério Público	384
2. Alcance.....	385
Art. 280	385
1. Citações e intimações.....	385
Art. 281	385
1. Projeção	385
2. Decorrente.....	385
3. Parcial.....	385
4. Redução Eficacial	386
Art. 282	386
1. Extensão e Providências.....	386
2. <i>Pas de Nullité Sans Grief</i>	386
3. Mérito	386

Art. 283	386
1. Erro de Forma.....	386
2. Atos Necessários.....	387
3. Prejuízo à Ampla Defesa e ao Contraditório	387

TÍTULO IV DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO

Art. 284	388
1. Registro	388
2. Distribuição.....	388
3. Critérios	388
Art. 285	388
1. Alternada.....	388
Art. 286	388
1. Dependência.....	389
2. Prevenção e Reiteração da Demanda.....	389
3. Anotação	389
Art. 287	389
1. Procuração.....	390
2. Dispensa.....	390
Art. 288	390
1. Distribuidor.....	390
2. Juiz	390
Art. 289	390
1. Fiscalização.....	390
Art. 290	391
1. Cancelamento.....	391

TÍTULO V DO VALOR DA CAUSA

1. Valor da Causa	392
2. Relevância.....	392
3. Fixação.....	392
4. Requerimento da Parte e Conhecimento de Ofício	392
Art. 291	392
1. Valor Certo	392
2. Pedido Genérico	392
3. Ausência	393
Art. 292	393
1. Fixação Legal.....	393
2. Tutela Ressarcitória.....	393
3. Existência, Validade, Cumprimento, Modificação, Resolução, Resilição ou Rescisão de Negócio Jurídico	394

4. Alimentos	394
5. Divisão, Demarcação e Reivindicação	394
6. Tutela Reparatória	394
7. Cumulação	394
8. Cumulação Simples e Cumulação Sucessiva	395
9. Cumulação Alternativa	395
10. Pedido Alternativo	395
11. Vincidas e Vincendas	395
12. De Ofício	395
13. Casuística	395
Art. 293	396
1. Preliminar de Contestação	396

LIVRO V DA TUTELA PROVISÓRIA

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 294	398
1. Do Processo Cautelar à Parte Geral	398
2. Dos Provimentos Cautelares à Técnica Antecipatória	398
3. Técnica Antecipatória e Tutela dos Direitos	398
4. Tutelas Provisórias	399
5. Antecedente ou Incidental	399
6. Requerimento da Parte	399
7. Recurso Cabível	399
8. Recurso Especial, Recurso Extraordinário e Tutela Provisória	400
9. Fungibilidade	401
Art. 295	401
1. Despesas Processuais	401
Art. 296	401
1. Provisoriedade	401
2. Identidade Parcial ou Total	402
3. Referibilidade da Tutela Cautelar à Tutela Satisfativa	402
4. Revogação, Modificação e Novo Pedido	402
5. Suspensão	402
Art. 297	402
1. Técnica Executiva: da Rigidez à Maleabilidade	402
2. Adequação da Técnica Executiva para Efetivação da Tutela	403
Art. 298	403
1. Fundamentação	404
2. Claro e Preciso	404
Art. 299	404
1. Competência	404
2. Competência nos Recursos	404
3. Disposição Especial	404

TÍTULO II DA TUTELA DE URGÊNCIA

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 300	405
1. Tutela de Urgência	405
2. Atipicidade	405
3. Probabilidade do Direito	405
4. Probabilidade do Direito e Fatos de Causa	405
5. Probabilidade do Direito e Direito Invocado	406
6. Perigo na Demora	406
7. Caução	407
8. Momento	407
9. Irreversibilidade	407
Art. 301	407
1. Tutela cautelar	407
Art. 302	408
1. Responsabilidade pelo dano oriundo da tutela de urgência	408
2. Liquidação	408
3. Valores recebidos em antecipação de tutela, responsabilidade objetiva e repetibilidade ...	409

Capítulo II DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 303	409
1. Autonomização da antecipação da tutela	410
2. Urgência contemporânea	410
3. Tutela satisfativa de urgência	410
4. Procedimento	410
Art. 304	410
1. Estabilização da antecipação da tutela	411
2. Ônus de recorrer	411
3. Ação exauriente	411
4. Petição inicial da ação antecedente	412
5. Eficácia da decisão	412
6. Inconstitucionalidade da previsão de coisa julgada	412

Capítulo III DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 305	413
1. Tutela cautelar preparatória	413
2. Petição inicial	413
3. Liminar cautelar	413
Art. 306	413
1. Contestação	414

Art. 307	414
1. Revelia	414
2. Procedimento comum	414
Art. 308	414
1. Referibilidade	414
2. Procedimento	415
Art. 309	415
1. Cessação de eficácia	415
2. Renovação do pedido	415
Art. 310	416
1. Ausência de coisa julgada sobre o direito acautelado	416
2. Prescrição ou decadência	416

TÍTULO III DA TUTELA DA EVIDÊNCIA

Art. 311	417
1. Tutela da evidência	417
2. Defesa inconsistente	417
3. Precedentes	417
4. Contrato de depósito	417
5. Prova contrária	418
6. Momento	418

LIVRO VI DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

TÍTULO I DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

Art. 312	420
1. Formação do processo	420
2. Propositura da a�o	420
3. Efeitos	420

TÍTULO II DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 313	421
1. Suspensão do processo	422
2. Hipóteses	422
3. Morte ou perda da capacidade processual da parte	422
4. Omissão no ajuizamento da a�o de habilita�o	423
5. Morte ou perda da capacidade processual do representante da parte	423
6. Morte ou perda da capacidade processual do procurador	423
7. Convenção das partes	423

8. Impedimento e suspeição.....	423
9. Demandas repetitivas.....	423
10. Sentença de mérito	424
11. Força maior.....	424
12. Tribunal marítimo	424
13. Suspensão por maternidade ou paternidade	424
Art. 314	424
1. Vedação	425
2. Urgência	425
Art. 315	425
1. Prejudicialidade externa penal.....	425
2. Ação penal não exercida	425

TÍTULO III DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 316	426
1. Extinção do processo	426
Art. 317	426
1. Dever de prevenção.....	426

PARTE ESPECIAL

LIVRO I DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1. Processo de conhecimento e processo de execução.....	427
2. Conhecimento e execução.....	427
3. Conhecimento.....	427
4. Cumprimento de sentença	428

TÍTULO I DO PROCEDIMENTO COMUM

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 318	429
1. Procedimento e tutela jurisdicional dos direitos.....	429
2. Procedimento comum e procedimentos diferenciados de jurisdição contenciosa	429
3. Comparação	429
4. Procedimento comum e procedimentos diferenciados de jurisdição voluntária.....	430
5. Comparação	430
6. Procedimento comum.....	430
7. Fases.....	430
8. Subsidiariedade.....	431

Capítulo II DA PETIÇÃO INICIAL

Seção I Dos Requisitos da Petição Inicial

Art. 319	431
1. Petição inicial.....	431
2. Juízo	432
3. Partes.....	432
4. Causa de pedir	432
5. Comunidade Argumentativa de Trabalho	433
6. Ônus de alegar e dever de decidir.....	433
7. Normas jurídicas e relação com o caso	434
8. Termos vagos	434
9. Princípios, regras e postulados.....	434
10. Pedido	434
11. Pedido e tutela do direito.....	435
12. Revisão de empréstimo, financiamento ou alienação de bens	435
13. Valor da causa	435
14. Provas	435
15. Citação	436
16. Opção pela audiência	436
Art. 320	436
1. Indispensáveis.....	436
2. Úteis	436
3. Requisição de documentos ao réu.....	436
Art. 321	437
1. Emenda	437
2. Não intimação para correção e nulidade da decisão.....	437
3. Indicação precisa.....	438
4. Indeferimento.....	438
5. Comunicação do indeferimento da petição inicial ao réu	438

Seção II Do Pedido

Art. 322	438
1. Pedido certo.....	438
2. Pedidos implícitos.....	438
3. Juros e Fazenda Pública.....	439
4. Juros de mora e obrigação de dar coisa certa.....	439
5. Correção Monetária e Fazenda Pública.....	439
6. Interpretação	439
7. Cobrança de Cheque, Juros e Correção Monetária	440
Art. 323	440
1. Prestações sucessivas	440
2. Exigibilidade.....	441
3. Condenação para o futuro e pedido com função preventiva	441

4. Prestações vincendas e cumprimento de sentença.....	441
5. Valor da causa	441
Art. 324	441
1. Pedido genérico	441
2. Ações universais	442
3. Impossibilidade de determinação	442
4. Dependência de ato do réu	442
5. Indenização e pedido genérico	442
Art. 325	443
1. Pedido alternativo	443
2. Pedido alternativo e cumulação alternativa	443
3. Concentração.....	443
4. Valor da causa	444
Art. 326	444
1. Cumulação alternativa	444
2. Cumulação sucessiva.....	444
3. Valor da causa	444
4. Cumulação alternativa e sucumbência.....	445
Art. 327	445
1. Cumulação simples	445
2. Admissibilidade	445
3. Pedidos compatíveis.....	446
4. Juízo competente	446
5. Mesmo procedimento.....	446
6. Oportunidade	446
7. Valor da causa	447
8. Despesas processuais.....	447
9. Concorrência interior do pedido	447
Art. 328	447
1. Obrigação indivisível	447
Art. 329	448
1. Estabilidade do processo	448
2. Adição	448
3. Modificação.....	448
4. Correção do polo passivo antes da citação.....	448
5. Inexistência de alteração.....	449
6. Fato superveniente.....	449

Seção III

Do Indeferimento da Petição Inicial

Art. 330	449
1. Indeferimento.....	450
2. Inépcia.....	450
3. Ilegitimidade e interesse.....	450
4. Motivos formais.....	450
5. Momento.....	451
6. Revisão de empréstimo, financiamento ou alienação	451

Art. 331	451
1. Apelação. Indeferida a petição inicial, pode o autor apelar	451
2. Retratação.....	451
3. Processamento	451
4. Urgência	451

Capítulo III DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO

Art. 332	452
1. Improcedência liminar	452
2. Precedente e jurisprudência.....	453
3. Prévio diálogo	453
4. Apelação	454
5. Improcedência liminar parcial.....	454

Capítulo IV DA CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA

Art. 333	454
-----------------------	-----

Capítulo V DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO

Art. 334	454
1. Citação para audiência	455
2. Conciliador ou mediador	455
3. Princípios.....	455
4. Realização da audiência	456
5. Pauta de audiências	456
6. Não comparecimento.....	456
7. Autocomposição	456

Capítulo VI DA CONTESTAÇÃO

1. Direito de defesa	457
2. Atitudes do réu	457
3. Contestação	457
Art. 335	458
1. Prazo	458
2. Prazo para a contestação e litisconsórcio passivo.....	458
3. Litisconsórcio passivo e não realização da audiência de conciliação	458
4. Prazo para a contestação e desistência da ação em relação a réu não citado.....	458
Art. 336	458
1. Toda a matéria de defesa	459
2. Defesas processuais e defesas materiais.....	459
3. Coerência da defesa.....	460
4. Prova.....	460

Art. 337	460
1. Ordem	461
2. Citação	461
3. Incompetência absoluta e relativa	461
4. Valor da causa	461
5. Inépcia	461
6. Perempção	462
7. Litispêndência	462
8. Coisa julgada	462
9. Conexão	462
10. Incapacidade processual	462
11. Convenção de arbitragem	463
12. Ilegitimidade e interesse	463
13. Caução ou prestação preliminar	463
14. Benefício da gratuidade	463
15. De ofício	464
16. Preferência	464
17. Tríplice identidade	464
18. Relação jurídica base	464
Art. 338	465
1. Alegação de ilegitimidade	465
2. Alteração	465
Art. 339	465
1. Extromissão	466
2. Litisconsórcio	466
Art. 340	466
1. Alegação de incompetência	466
2. Suspensão da audiência	466
3. Decisão	467
Art. 341	467
1. Impugnação específica	467
2. Funções	467
3. Autor e réu	468
4. Presunção de veracidade e confissão	468
5. Litisconsórcio	468
6. Exclusões	468
7. Direitos indisponíveis	468
8. Prova substancial	468
9. Contradição em seu conjunto	469
10. Defensor público, advogado dativo e curador especial	469
11. Julgamento imediato parcial e antecipação da tutela fundada na evidência	469
Art. 342	469
1. Novas alegações	469
2. Direito ou fato supervenientes	469
3. Ciência superveniente de fato velho	470
4. De ofício	470
5. Qualquer tempo	470

Capítulo VII DA RECONVENÇÃO

Art. 343	470
1. Reconvenção.....	471
2. Cabimento.....	471
3. Condições gerais.....	471
4. Legitimidade	471
5. Litisconsórcio	472
6. Interesse processual.....	472
7. Condições específicas.....	472
8. Conexão.....	472
9. Processo pendente.....	473
10. Competência	473
11. Procedimento	473
12. Indeferimento.....	473
13. Intimação	473
14. <i>Reconventio reconventionis</i>	473
15. Revelia.....	474
16. Autonomia.....	474
17. Julgamento	474
18. Despesas processuais.....	474
19. Reconvenção por curador especial.....	474

Capítulo VIII DA REVELIA

Art. 344	474
1. Revelia.....	475
2. Efeitos	475
3. Efeito material.....	475
4. Efeito material e igualdade substancial.....	475
5. Advertência	475
Art. 345	476
1. Pluralidade de réus.....	476
2. Direito indisponível	476
3. Prova substancial.....	476
4. Inverossímeis ou contraditórias com a prova.....	477
Art. 346	477
1. Efeito processual.....	477
2. Atos pessoais.....	477
3. Intimação do revel e cumprimento de sentença	477
4. Participação do revel	478

Capítulo IX DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO

1. Providências preliminares	478
2. Organização do processo.....	478

Art. 347	478
1. Conforme o caso	478
2. Casos	478

Seção I

Da Não Incidência dos Efeitos da Revelia

Art. 348	479
1. Ineficácia material da revelia	479
2. Prova documental	479
Art. 349	479
1. Provas	479

Seção II

Do Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor

Art. 350	479
1. Defesa indireta de mérito	479
2. Provas	480
3. Ônus de impugnação específica.....	480

Seção III

Das Alegações do Réu

Art. 351	480
1. Preliminares.....	480
Art. 352	481
1. Vícios sanáveis	481
2. Dever de prevenção	481
Art. 353	481
1. Prosseguimento	481

Capítulo X

DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

1. Julgamento conforme o estado do processo	482
---	-----

Seção I

Da Extinção do Processo

Art. 354	482
1. Extinção do processo	482
2. Recurso.....	482

Seção II

Do Julgamento Antecipado do Mérito

Art. 355	482
1. Julgamento imediato do mérito.....	483
2. Cabimento.....	483
3. Julgamento imediato e ônus da prova	483

4. Direito à prova e julgamento imediato.....	483
5. Decisão.....	484

Seção III

Do Julgamento Antecipado Parcial do Mérito

Art. 356	484
1. Julgamento imediato parcial do mérito.....	485
2. Quebra do dogma da unidade e unicidade.....	485
3. Cabimento.....	485
4. Liquidação ou execução	485
5. Autos suplementares.....	485
6. Agravo de instrumento	485
7. Honorários de sucumbência.....	486

Seção IV

Do Saneamento e da Organização do Processo

Art. 357	486
1. Do despacho saneador à organização em colaboração com as partes	487
2. Saneamento compartilhado	487
3. Organização do processo.....	488
4. Por escrito	488
5. Em audiência.....	488
6. Consensual	489
7. Organização retrospectiva.....	489
8. Organização prospectiva.....	489
9. Meios de prova.....	489
10. Rol de testemunhas.....	490
11. Prova pericial	490
12. Ônus da prova.....	490
13. Questões de direito relevantes	490
14. Pautas de audiência	491
15. Recurso especial e saneamento	491

Capítulo XI

DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Art. 358	491
1. Início	491
2. Decisões.....	491
Art. 359	491
1. Conciliação.....	491
2. Meios alternativos de solução das controvérsias.....	491
Art. 360	492
1. Poder de polícia.....	492
2. Direção dos trabalhos.....	492
Art. 361	492
1. Ordem de produção da prova	492
2. Prova oral.....	493
3. Inobservância.....	493

Art. 362	493
1. Adiamento.....	493
2. Dispensa de prova	493
3. Indeferimento.....	494
Art. 363	494
1. Antecipação ou adiamento.....	494
Art. 364	494
1. Debates orais	494
2. Memoriais	494
Art. 365	495
1. Una e contínua.....	495
Art. 366	495
1. Prazo impróprio.....	495
2. Prolação de sentença	495
Art. 367	495
1. Termo de audiência.....	496
2. Gravação.....	496
Art. 368	496
1. Publicidade.....	496
2. Segredo de justiça	496

Capítulo XII DAS PROVAS

1. Prova.....	496
2. Prova e Direito Probatório	497
3. Direito Fundamental à Prova no Processo Civil	497

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 369	497
1. Prova e Verdade.....	497
2. Prova Típica e Prova Atípica	497
3. Direito das partes	497
4. Prova Ilícita.....	497
5. Prova ilícita e correspondência	498
6. Prova ilícita e processo administrativo	498
7. Prova ilícita por contaminação	498
Art. 370	499
1. Poderes Instrutórios do Juiz	499
2. Diligências Inúteis ou Meramente Protelatórias	500
3. Oitiva de Testemunha de Ofício.....	500
4. Poderes instrutórios do juiz e tutela coletiva	500
Art. 371	500
1. Apreciação da Prova.....	501
2. Modelos de Apreciação da Prova.....	501
3. Constância dos Autos	501

4. Forma dos Atos Jurídicos de Direito Material	501
5. Valoração da Prova Pericial e Formação do Convencimento Judicial	502
6. Juiz como destinatário da prova	502
7. Fundamentação da decisão judicial e prova	502
Art. 372	502
1. Prova emprestada	502
2. Prova emprestada do processo penal	503
3. Prova emprestada e processos entre as mesmas partes	503
4. Prova emprestada e contraditório	503
5. Prova emprestada e compartilhamento de provas do Poder Público	504
Art. 373	504
1. Ônus da Prova	505
2. Dupla Finalidade	505
3. Como Regra de Instrução	505
4. Como Regra de Julgamento	505
5. Distribuição Fixa e Distribuição Dinâmica	505
6. Condicionantes Materiais da Distribuição Dinâmica	506
7. Condicionantes Processuais da Distribuição Dinâmica	507
8. Inversão do Ônus da Prova	507
9. Convenção sobre o Ônus da Prova	508
10. Convenção sobre Ônus de Prova e Relação de Consumo	508
11. Convenção Judicial e Extrajudicial sobre Ônus de Prova	509
12. Convenção sobre Ônus da Prova e Negócios Processuais	509
13. Redistribuição do ônus da prova e recurso	509
14. Ônus da prova e fraude à execução	509
15. Ônus da prova e cerceamento de defesa	509
16. Ônus da prova e recuperação judicial	509
Art. 374	509
1. Independência de Prova	510
2. Ônus de Provar e Ônus de Alegar	510
3. Fato Notório	510
4. Prova da Notoriedade	511
5. Fato Confessado	511
6. Fatos Incontroversos	511
7. Presunção Legal	511
Art. 375	512
1. Máximas de Experiência	512
2. Regras de Experiência Comum	512
3. Regras de Experiência Técnica	512
4. Prova Pericial	512
5. Aplicação	512
6. Controle	513
Art. 376	513
1. Prova do Direito	513
2. Direito Estadual, Municipal e Estrangeiro	513
3. Direito Consuetudinário	513
4. Direito Internacional	514
5. Alegação de direito e admissão de recursos extraordinários	514

Art. 377	514
1. Carta Probatória	514
2. Suspensão do Processo	514
3. Julgamento Final.....	514
Art. 378	515
1. Colaboração.....	515
2. Sanção.....	515
3. Regras de Exclusão	515
Art. 379	516
1. Colaboração das Partes	516
2. Direito de não produzir prova contra si.....	516
3. Coerção	516
4. Consequências.....	517
Art. 380	517
1. Colaboração de Terceiros	517
2. Comparecer e Informar.....	517
3. Exibir.....	517
4. Consequências.....	518
5. Contraditório.....	518

Seção II

Da Produção Antecipada da Prova

Art. 381	518
1. Asseguração de Prova.....	519
2. Interesse na Asseguração de Prova	519
3. Cognição na Ação de Asseguração de Prova.....	519
4. Competência	520
5. Prevenção	520
6. Interrupção da Prescrição.....	520
7. Provas que podem ser colhidas antecipadamente.....	520
8. Prova Oral	520
9. Prova Pericial.....	521
10. Prova documental	521
11. Dispensa de Propositura de Ação Principal.....	521
12. Honorários Advocatícios	522
13. Arrolamento	522
14. Justificação.....	522
Art. 382	522
1. Petição Inicial	523
2. Liminar	523
3. Direito de Defesa.....	523
4. Asseguração de prova sem caráter contencioso	523
5. Audiência	523
6. Asseguração de Prova Pericial	523
7. Cumulação de colheita de provas.....	524
8. Recurso.....	524
Art. 383	524
1. Certidões	524

Seção III Da Ata Notarial

Art. 384	524
1. Ata notarial.....	525
2. Imagens e sons registrados em arquivos eletrônicos	525
3. Limites à ata notarial.....	525

Seção IV Do Depoimento Pessoal

1. Interrogatório Livre e Depoimento da Parte	525
Art. 385	525
1. Depoimento da Parte	525
2. Pluralidade de Partes no Mesmo Polo	526
3. Colheita da prova em outro foro	526
4. Procedimento do Depoimento da Parte	526
5. Publicidade Mediata	527
6. Confissão ficta e presunção relativa	527
Art. 386	527
1. Recusa em Depor.....	527
2. Motivo Justificado	528
3. Emprego de Evasivas	528
Art. 387	528
1. Pessoal e Oral.....	528
2. Pessoa Jurídica e Absolutamente Incapaz	528
3. Notas Breves	529
4. Procedimento	529
Art. 388	529
1. Direito de Recusa.....	529
2. Fatos Criminosos ou Fatos Torpes Imputados à Parte	530
3. Dever de Sigilo	530
4. Desonra própria ou alheia	530
5. Perigo de vida.....	530
6. Imprescindibilidade do Depoimento	530

Seção V Da Confissão

Art. 389	530
1. Confissão.....	530
2. Capacidade	531
3. Consequências	531
4. Judicial ou Extrajudicial	531
Art. 390	531
1. Confissão Judicial	531
2. Espontânea ou Provocada	532
3. Escrita ou Oral.....	532
4. Procurador.....	532

Art. 391	532
1. Confitente e Sucessores.....	533
2. Confissão e Litisconsórcio Simples	533
3. Confissão e Litisconsórcio Unitário	533
Art. 392	533
1. Direitos Indisponíveis.....	533
2. Incapacidade.....	533
3. Estatuto da Pessoa com Deficiência	533
4. Extrapolação do mandato	533
Art. 393	533
1. Anulação.....	534
2. Causas	534
3. Anulatória	534
4. Legitimidade	534
Art. 394	534
1. Confissão Extrajudicial.....	534
2. Eficácia da Confissão Extrajudicial Escrita	534
3. Eficácia da Confissão Extrajudicial Oral	534
4. Terceiro ou sem Direção Específica.....	535
5. Prova Literal	535
Art. 395	535
1. Indivisibilidade	535
2. Simples ou Complexa	535
3. Divisibilidade.....	535
4. Faculdade.....	535

Seção VI

Da Exibição de Documento ou Coisa

1. Âmbito	536
Art. 396	536
1. Exibição.....	536
2. Multa Coercitiva e Multa Sancionatória	536
3. Busca e Apreensão	537
4. Documento ou Coisa	537
Art. 397	537
1. Pedido	537
2. Individualização.....	537
3. Categoria de documentos ou de coisas.....	537
4. Finalidade.....	537
5. Circunstâncias	538
6. Interesse na Exibição	538
Art. 398	538
1. Intimação	539
2. Resposta	539
3. Prova.....	539
Art. 399	539
1. Recusa	539

Art. 400	540
1. Decisão	540
2. Não Exibição	540
3. Medidas de apoio	541
4. Tema 1.000/STJ	541
Art. 401	541
1. Ação de Exibição	541
2. Exibição de Ofício	541
3. Decisão	542
Art. 402	542
1. Defesa.....	542
Art. 403	542
1. Recusa à Exibição	542
2. Responsabilidade Penal.....	543
3. Medidas de apoio.....	543
Art. 404	543
1. Escusas	543
2. Família.....	543
3. Honra	544
4. Perigo de Ação Penal	544
5. Sigilo	544
6. Motivos Graves.....	544
7. Exibição Parcial	544

Seção VII

Da Prova Documental

1. Prova Documental e Conceito de Documento	544
2. Prova Documental e Prova Documentada.....	545
3. Prova Documental e Prova Escrita	545

Subseção I

Da Força Probante dos Documentos

Art. 405	545
1. Documento Público.....	545
2. Fatos	545
Art. 406	546
1. Prova Substancial.....	546
2. Local da Realização do Ato.....	546
3. Lei ou Negócio Jurídico	546
Art. 407	546
1. Documento Público Irregular	546
2. Atribuição de Eficácia de Documento Particular.....	547
3. Exigência de Prova Substancial	547
Art. 408	547
1. Documento Particular.....	547
2. Autoria Intelectual e Autoria Material	547

3. Presunção	547
4. Prova da Ciência e Prova do Fato	547
5. Documentos Constitutivos e Documentos Narrativos	548
Art. 409	548
1. Data.....	548
2. Dúvida.....	548
Art. 410	549
1. Autoria e Subscrição	549
2. Autoria e Ausência de Subscrição.....	549
Art. 411	549
1. Autenticidade e Veracidade.....	549
2. Reconhecimento de Firma	549
3. Presunção de Autenticidade.....	549
4. Documento Particular Autenticado	550
5. Documento Particular Não Autenticado.....	550
6. Autenticação por outros meios.....	550
7. Autenticidade e não impugnação	550
Art. 412	550
1. Eficácia Probatória do Documento Particular	550
2. Indivisibilidade	550
Art. 413	551
1. Transmissão de Informações	551
2. Assinatura.....	551
3. Reconhecimento de Firma	551
Art. 414	551
1. Conforme com o Original.....	551
2. Terceiro.....	551
Art. 415	551
1. Declaração Contrária.....	552
2. Documento Não Assinado.....	552
3. Carta e Registro Doméstico	552
4. Informalidade	552
5. Título	552
6. Conhecimento de Fatos	552
Art. 416	552
1. Nota Escrita.....	553
Art. 417	553
1. Livros Comerciais.....	553
2. Contra o seu Autor e Sucessores.....	553
3. Presunção	553
Art. 418	553
1. Livros Comerciais Regulares.....	553
2. Entre Empresários	554
3. Entre Empresário e Não Empresário	554
4. Presunção	554

Art. 419	554
1. Indivisibilidade	554
2. Divisibilidade.....	554
3. Fatos Favoráveis e Fatos Desfavoráveis.....	554
Art. 420	555
1. Sigilo Empresarial	555
2. Exibição Integral de Escritos Comerciais.....	555
3. Não Exibição	555
4. Terceiro.....	555
Art. 421	555
1. Exibição Parcial de Escritos Comerciais.....	556
2. Terceiro.....	556
Art. 422	556
1. Reprodução Mecânica	556
2. Cópia.....	557
3. Conformidade	557
4. Impugnação.....	557
5. Fotografia comum e digital	557
6. Jornal.....	557
7. Mensagem eletrônica (<i>e-mail</i>).....	558
Art. 423	558
1. Cópia.....	558
2. Dúvida.....	558
Art. 424	558
1. Valor Probante das Cópias	558
2. Impugnação.....	558
3. Documentos digitalizados e extratos digitais.....	559
Art. 425	559
1. Mesma Eficácia	559
2. Preservação.....	559
3. Juntada	559
4. Cópias digitais	560
5. Reproduções digitalizadas juntadas por advogado	560
Art. 426	560
1. Entrelinha, Emenda, Borrão ou Cancelamento.....	560
2. Ponto Substancial	560
3. Ressalva	560
4. Alteração Maliciosa	560
Art. 427	560
1. Cessação de Eficácia	561
2. Falsidade Material	561
3. Formação de Documento Não Verdadeiro	561
4. Alteração de Documento Verdadeiro	561
Art. 428	561
1. Cessação de Eficácia de Documento Particular	561
2. Assinatura.....	561

3. Documento em Branco.....	562
4. Abuso no Preenchimento.....	562
Art. 429	562
1. Falsidade de Documento.....	562
2. Impugnação de Autenticidade	562

Subseção II
Da Arguição de Falsidade

Art. 430	562
1. Declaração de Falsidade.....	563
2. Incidente Processual e Ação Incidental	563
3. Objeto	563
4. Cabimento.....	563
5. Legitimidade	564
6. Prazo	564
7. Perante o Tribunal.....	564
8. Preclusão	564
Art. 431	564
1. Ação Incidental.....	564
2. Petição.....	564
Art. 432	565
1. Intimação	565
2. Resposta	565
3. Prova.....	565
4. Documento Original	565
5. Concordância e Desentranhamento	565
6. Não produção da prova pericial	565
Art. 433	565
1. Decisão	566
2. Coisa Julgada	566
3. Despesas Processuais	566

Subseção III
Da Produção da Prova Documental

Art. 434	566
1. Prova Documental e Documentos Indispensáveis	566
2. Preclusão	567
3. Justa Causa	567
4. Poder de Terceiro	567
5. Produção da prova cinematográfica ou fonográfica.....	567
Art. 435	567
1. Documentos Novos	567
2. Outras Hipóteses.....	568
3. Preclusão	568
Art. 436	568
1. Conteúdo do Contraditório	568

Art. 437	569
1. Contraditório.....	569
2. Invalidez	569
3. Prazo para manifestação.....	569
Art. 438	569
1. Requisição	570
2. Requisitos	570
3. Momento.....	570
4. Descumprimento.....	570
5. Certidões e Reproduções Fotográficas	571
6. Meio Eletrônico.....	571

Seção VIII Dos Documentos Eletrônicos

Art. 439	571
1. Processo convencional e conversão de documento eletrônico.....	571
2. Ausência de autenticação	571
3. Lei da Liberdade Econômica	571
Art. 440	571
1. Não conversão.....	571
Art. 441	572
1. ICP-Brasil.....	572
2. Outras leis.....	572

Seção IX Da Prova Testemunhal

Subseção I Da Admissibilidade e do Valor da Prova Testemunhal

Art. 442	572
1. Prova Testemunhal.....	572
2. Objeto	572
3. Admissibilidade.....	573
4. Inadmissibilidade da prova testemunhal.....	573
Art. 443	573
1. Prova Documental ou Confissão	573
2. Prova Substancial ou Prova Pericial	573
3. Modo Diverso.....	573
Art. 444	574
1. Começo de Prova Escrita	574
Art. 445	574
1. Impossibilidade Material ou Moral.....	574
Art. 446	575
1. Simulação e Vícios do Consentimento	575
2. Parte	575
3. Vontade Real e Vontade Declarada	575

Art. 447	575
1. Restrições ao Depoimento Pessoal	576
2. Menor de Dezesesseis Anos	576
3. Cônjuge, Companheiro, Ascendente e Descendente	576
4. Interesse Público e Estado da Pessoa	576
5. Advogado	576
6. Informante	577
7. Valoração	577
8. Pessoa com Deficiência	577
Art. 448	577
1. Isenção do Dever de Depor	577
2. Possibilidade de Depor	578
Art. 449	578
1. Provas em Audiência	578
2. Impossibilidade de Comparecer e Impossibilidade de Prestar Depoimento	578
3. Enfermidade ou outro Motivo Relevante	579

Subseção II

Da Produção da Prova Testemunhal

Art. 450	579
1. Apresentação do rol de testemunhas	579
2. Dupla Finalidade	579
3. Indicação	579
4. Prazo	580
5. Número de Testemunhas	580
6. Dispensa	580
Art. 451	580
1. Substituição	580
2. Casos	581
Art. 452	581
1. Juiz da Causa como Testemunha	581
Art. 453	581
1. Imediação	582
2. Exceções	582
Art. 454	582
1. Residência, ou onde exercem a sua função	583
2. Procedimento	583
Art. 455	583
1. Informação ou intimação da testemunha	584
2. Consequências do não comparecimento da testemunha	584
3. Intimação judicial	584
4. Funcionário Público ou Militar	584
5. Intimação judicial e Não Comparecimento	585
Art. 456	585
1. Inquirição	585

Art. 457	585
1. Qualificação.....	586
2. Contradita	586
3. Procedimento	586
4. Escusa.....	586
Art. 458	586
1. Compromisso	586
Art. 459	587
1. Modo de Interrogar	587
Art. 460	587
1. Documentação.....	587
Art. 461	588
1. Testemunha Referida.....	588
2. Acareação	588
Art. 462	588
1. Despesas	588
Art. 463	589
1. Serviço Público	589

Seção X Da Prova Pericial

Art. 464	589
1. Prova Pericial	589
2. Exame, Vistoria e Avaliação	589
3. Cabimento.....	589
4. Conhecimento Técnico Especializado.....	590
5. Outras Provas	590
6. Verificação Impraticável.....	590
7. Submissão à Perícia	590
8. Perícia simplificada	591
Art. 465	591
1. Nomeação.....	591
2. Prazo para Entrega do Laudo.....	592
3. Assistente Técnico e Quesitos	592
4. Honorários Periciais	592
5. Honorários periciais, tutela coletiva e prova requerida pelo Ministério Público	592
6. Perícia Solicitada por Carta.....	593
7. Escusa, Recusa e Substituição e Perícia Deprecada	593
Art. 466	593
1. Independentemente de Termo de Compromisso.....	593
2. Confiança da Parte.....	593
3. Dever de comunicação	593
Art. 467	593
1. Escusa.....	594
2. Recusa	594

3. Suspeição e impedimento do assistente técnico	594
4. Novo Perito	594
5. Perícia médica e especialidade	594
Art. 468	594
1. Substituição	594
2. Comunicação.....	595
3. Substituição do perito e restituição dos valores recebidos.....	595
Art. 469	595
1. Quesitos Suplementares	595
2. Contraditório.....	595
3. Indeferimento.....	596
4. Quesitos Suplementares e Esclarecimentos.....	596
Art. 470	596
1. Quesitos Impertinentes	596
2. Quesitos Necessários	596
Art. 471	596
1. Perícia consensual	596
2. Perícia consensual e perícia judicial	597
Art. 472	597
1. Dispensa.....	597
Art. 473	597
1. Elementos do laudo pericial	598
2. Limites do laudo	598
3. Desempenho de sua Função.....	598
4. Instrução do Laudo.....	598
5. Terceiro.....	598
Art. 474	599
1. Ciência	599
2. Ineficácia	599
Art. 475	599
1. Perícia Complexa.....	599
2. Peritos e Assistentes Técnicos	599
Art. 476	599
1. Prorrogação	599
Art. 477	600
1. Prazo de Espera	600
2. Intimação	600
3. Pedido de Esclarecimentos.....	600
4. Prazo Mínimo	601
Art. 478	601
1. Estabelecimentos Oficiais Especializados	601
2. Perícia e assistência judiciária gratuita	602
3. Autenticidade da Letra e Firma.....	602

Art. 479	602
1. Valoração da Prova Pericial	602
2. Formação do Convencimento Judicial.....	603
Art. 480	603
1. Segunda Perícia	603
2. Novo Perito	603
3. Pronunciamento Judicial.....	603
4. Segundo Parecer Técnico	603
5. Objeto e Objetivo	603
6. Mesmas Disposições.....	604
7. Não Substituição.....	604

Seção XI Da Inspeção Judicial

Art. 481	604
1. Inspeção Judicial	604
2. Objeto	604
Art. 482	604
1. Inspeção Direta e Inspeção Indireta	604
Art. 483	605
1. Local	605
2. Contraditório.....	605
Art. 484	605
1. Auto de Inspeção	605

Capítulo XIII DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA

Seção I Disposições Gerais

Art. 485	605
1. Sentença terminativa	606
2. Sem resolução de mérito	606
3. Residualidade	607
4. Indeferimento da petição inicial.....	607
5. Negligência das partes.....	607
6. Abandono de causa	607
7. Pressupostos processuais como requisitos de existência e validade do processo	607
8. Pressupostos processuais como condições para concessão da tutela jurisdicional do direito	608
9. Pressupostos processuais e processo justo	609
10. Pressupostos processuais e paridade de armas.....	609
11. Legitimidade e interesse	609
12. Aferição da legitimidade e do interesse.....	609
13. Pressupostos processuais, condições da ação e conhecimento de ofício e a qualquer tempo	610
14. Convenção de arbitragem	610

15. Reconhecimento da própria competência pelo juízo arbitral.....	610
16. Desistência da ação	611
17. Intransmissibilidade da ação	611
18. Demais casos	611
Art. 486	611
1. Nova ação	611
2. Correção	612
3. Litispendência e coisa julgada	612
4. Perempção	612
5. Prova do pagamento.....	612
Art. 487	612
1. Sentença definitiva.....	612
2. Julgamento de mérito e resolução de mérito	613
3. Acolhimento ou rejeição do pedido	613
4. Confusão	613
5. Decadência ou prescrição.....	613
6. Reconhecimento jurídico do pedido.....	613
7. Transação.....	614
8. Renúncia à pretensão	614
9. Dever de diálogo	615
Art. 488	615
1. Prevalência do julgamento de mérito.....	615

Seção II

Dos Elementos e dos Efeitos da Sentença

Art. 489	615
1. Sentença e decisão.....	616
2. Elementos essenciais.....	616
3. Relatório.....	616
4. Fundamentação	616
5. Comunidade Argumentativa de Trabalho	617
6. Indicação, reprodução ou paráfrase	617
7. Termos vagos	617
8. Qualquer outra decisão	618
9. Dever de debate	618
10. Precedentes.....	619
11. Distinção	619
12. Superação	619
13. Colisão entre normas	620
14. Interpretação	620
15. Dispositivo	620
Art. 490	621
1. Acolhimento ou rejeição	621
2. Cumulação de pedidos	621
Art. 491	621
1. Sentença líquida.....	621
2. Sentença ilíquida	621

Art. 492	621
1. Sentença conforme ao pedido	622
2. Mitigação	622
3. Sentença certa e relação condicional.....	623
4. Sentença condicional	623
Art. 493	623
1. Fato superveniente.....	623
2. Instâncias ordinárias	624
3. Contraditório.....	624
Art. 494	624
1. Preclusão	624
2. Inexatidões materiais e erros de cálculo	624
3. Embargos de declaração.....	625
Art. 495	625
1. Hipoteca judiciária.....	625
2. Tutela pecuniária	626
3. Hipoteca judiciária, tutela cautelar e penhora	626
4. Registro	626
5. Responsabilidade	626
6. Hipoteca judiciária e adimplemento da obrigação	626

Seção III

Da Remessa Necessária

Art. 496	627
1. Remessa necessária	627
2. Sentença contrária	628
3. Acolhimento total ou parcial de embargos.....	628
4. Demais Casos	628
5. Procedimento	628
6. Dispensa	628
7. Julgamento	628

Seção IV

Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa

Art. 497	629
1. Tutela dos direitos e técnica processual.....	629
2. Tutela específica e tutela pelo resultado prático equivalente	629
3. Tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito	630
4. Tutela ressarcitória na forma específica.....	630
5. Tutela específica do adimplemento	630
6. Ato ilícito, fato danoso e inadimplemento	631
7. Tutela específica, resultado prático equivalente e tutela pelo equivalente monetário.....	631
8. Tutela positiva e tutela negativa.....	632
9. Antecipação da tutela.....	632
10. Sentença mandamental e sentença executiva	633

Art. 498	633
1. Tutela dos direitos e técnica processual.....	633
2. Tutela do adimplemento da obrigação contratual de entregar coisa móvel	634
3. Tutela do adimplemento da obrigação de entregar coisa móvel e tutela de imissão na posse de coisa móvel	634
4. Tutela específica mediante entrega de coisa em substituição à defeituosa	634
5. Tutela de imissão na posse	634
6. Tutela reivindicatória	635
7. Tutela de reintegração de posse	635
8. Comodato.....	635
9. <i>Leasing</i>	635
10. Tutela ressarcitória na forma específica mediante a entrega de coisa	635
11. Antecipação da tutela.....	635
12. Sentença mandamental e sentença executiva	635
13. Individualização da coisa.....	636
14. Instante da individualização	636
15. Impugnação da individualização da coisa	636
16. Localização da coisa.....	636
17. Direito de retenção	636
Art. 499	636
1. Tutela pelo equivalente monetário.....	637
2. Requerimento da parte.....	637
Art. 500	637
1. Cumulação da indenização com a multa.....	638
Art. 501	638
1. Emissão de declaração de vontade	638
2. Sentença executiva	638
3. Momento de eficácia.....	638
4. Antecipação da tutela.....	638
5. Consequências da sentença e nova situação	639
6. Pré-contrato e contrato definitivo	639
7. Validade, eficácia e registro do pré-contrato.....	639
8. Prévia interpelação	639
9. Consequências da sentença e contrato definitivo	640
10. Sinalagma	640
11. Sentença de improcedência.....	640

Seção V Da Coisa Julgada

1. Coisa julgada, segurança jurídica e Estado Constitucional.....	640
Art. 502	640
1. Eficácia e autoridade da sentença	640
2. Coisa julgada: da estática à dinâmica, da vontade das partes à evolução do debate.....	641
3. Coisa julgada e preclusão.....	641
4. Trânsito em julgado	642
5. Limites	642
6. Eficácia.....	642
7. Relativização da coisa julgada.....	642
8. Negativa de submissão a exame de DNA e relativização da coisa julgada	643

Art. 503	643
1. Limites objetivos.....	643
2. Coisa julgada sobre a questão prejudicial	643
Art. 504	645
1. Não fazem coisa julgada	645
Art. 505	645
1. Limites temporais	645
2. Mesma lide	645
3. Trato continuado	645
4. Demais casos	646
5. Nova ação	646
Art. 506	646
1. Limites subjetivos	646
2. Não prejudicando terceiros.....	647
3. Coisa julgada e obrigação solidária	647
4. Causas relativas ao estado de pessoa	647
Art. 507	647
1. Preclusão	648
2. Ordem pública.....	648
Art. 508	648
1. Eficácia preclusiva.....	648
2. Alegações e defesas	648
3. Eficácia preclusiva e causa de pedir.....	649

Capítulo XIV DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

1. Liquidação de Sentença	649
2. Formas de Liquidação.....	649
3. Dimensionamento do Dano no Juízo Penal	650
4. Decisão da Liquidação	650
5. Coisa Julgada	650
6. Condenação genérica coletiva e liquidação	650
7. Liquidação e processo de conhecimento.....	651
8. Liquidação e termo inicial da prescrição executiva.....	651
9. Liquidação e interpretação do título	651
Art. 509	651
1. Liquidação da Obrigação	651
2. Valor Devido.....	652
3. Parte Líquida e Parte Ilíquida	652
4. Requerimento.....	652
5. Intimação	652
6. Liquidação por Cálculos	652
7. Fidelidade ao Título	652
8. Fidelidade ao título e inclusão de expurgos inflacionários	653
9. Autorização Legal.....	653
10. Liquidação Zero	653
11. Alteração da modalidade de liquidação e Súmula 344/STJ.....	654

Art. 510	655
1. Liquidação por Arbitramento	655
2. Regras da Perícia	655
3. Requerimento	656
4. Nomeação	656
5. Contraditório	656
6. Laudo	656
7. Esclarecimentos e audiência	656
8. Decisão	656
9. Presunções e deduções na liquidação por arbitramento	656
Art. 511	656
1. Liquidação pelo procedimento comum	657
2. Fato Novo	657
3. Procedimento Comum	657
4. Liquidação pelo procedimento comum e créditos-prêmio de IPI	657
5. Liquidação pelo procedimento comum e prejuízo ao advogado do liquidante	658
Art. 512	658
1. Pendência de Recurso	658
TÍTULO II	
DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	
Capítulo I	
DISPOSIÇÕES GERAIS	
1. Processo de Execução no Código Buzaid	659
2. Cumprimento da Sentença no Código Atual	659
3. Atipicidade das formas executivas	659
Art. 513	659
1. Cumprimento da Sentença	660
2. Sentenças Autossuficientes	660
3. Sentenças Não Autossuficientes	660
4. Sentença Condenatória ao Pagamento de Quantia e Cumprimento da Sentença por Execução Forçada	661
5. Técnicas de Indução e de Sub-rogação e Pagamento de Quantia	661
6. Cumprimento de Decisão Definitiva e Cumprimento de Decisão Provisória	662
7. Intimação do devedor	662
8. Sujeição passiva ao cumprimento de sentença	662
9. Grupo econômico e redirecionamento do cumprimento	663
Art. 514	663
1. Condição ou Termo	663
2. Requerimento de cumprimento e instrução	663
Art. 515	664
1. Títulos Executivos Judiciais	664
2. Sentenças e Decisões que Dependem de Cumprimento	664
3. Sentença Declaratória e Execução Forçada	664
4. Sentença Homologatória	665
5. Acordo Extrajudicial Homologado Judicialmente	665
6. Formal e Certidão de Partilha	665

7. Crédito do auxiliar da justiça aprovado judicialmente	665
8. Sentença Penal Condenatória	666
9. Sentença Arbitral.....	666
10. Sentença e Decisão Interlocutória Estrangeira	667
11. Ausência de reexame necessário e nulidade do título	667
12. Interpretação do título judicial	667
13. Ordem de Citação.....	667
Art. 516	667
1. Competência	668
2. Conexão de cumprimentos de sentença.....	668
3. Conexão e Tutela Coletiva	668
4. Competência para cumprimento individual de sentença coletiva e juizado especial	668
5. Tribunal Marítimo.....	668
Art. 517	668
1. Protesto do título judicial	669
2. Protesto e requisitos do título judicial.....	669
3. Cancelamento do protesto e garantia do juízo	669
Art. 518	669
1. Competência para o conhecimento das questões da execução	669
2. Atos praticados em razão de carta ou de auxílio direto	669
Art. 519	669
1. Regime das Tutelas Provisórias	669
2. Tutela provisória e garantia de efetividade da prestação jurisdicional	670

Capítulo II

DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

Art. 520	670
1. Cumprimento Imediato da Decisão Provisória	670
2. Espécies de Decisões Passíveis de Cumprimento Imediato na Pendência de Recurso Não Recebido com Efeito Suspensivo	671
3. Cumprimento do Mesmo Modo que o Definitivo.....	671
4. Regime	671
5. Iniciativa e Responsabilidade do Demandante	671
6. Restituição ao Estado Anterior e Dever de Reparar o Dano	672
7. Caução Suficiente e Idônea.....	672
8. Multa Sancionatória de 10% (Dez por Cento) na Execução de Decisão Provisória (art. 523, § 1.º, CPC)	673
9. Cumprimento provisório de sentença e honorários advocatícios.....	674
Art. 521	674
1. Dispensa de Caução.....	674
2. Dispensa de caução e valores incontroversos.	675
Art. 522	675
1. Instrução do Requerimento	675
2. Outros documentos obrigatórios.....	675

Capítulo III

DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

1. Cumprimento de prestação pecuniária.....	676
2. Restrição a direitos e cumprimento de sentença que impõe prestação pecuniária.....	676
Art. 523	676
1. Requerimento de execução.....	676
2. Admissão da Execução.....	676
3. Cabimento de Honorários de Advogado na Fase de Cumprimento da Sentença por Execução Forçada	677
4. Pagamento Voluntário	677
5. Prazo para pagamento voluntário.....	677
6. Prazo para pagamento voluntário e executado assistido pela Defensoria Pública	678
7. Intimação para Pagamento.....	678
8. Multa Punitiva.....	678
9. Pagamento em Face de Decisão Definitiva e Pagamento em Face de Decisão Provisória	679
10. Pagamento Parcial	679
11. Seguimento para Execução	679
12. Penhora on-line	680
13. Preferência da Penhora on-line sobre Todas as Outras Formas de Penhora.....	680
14. Avaliação	680
Art. 524	681
1. Requerimento de execução.....	681
2. Demonstrativo de crédito.....	681
3. Contador do Juízo.....	682
4. Intimação do Credor.....	682
5. Litígio sobre o valor da execução	682
6. Dados Existentes	682
7. Justificativa	683
8. Presunção de Correção dos Cálculos	683
Art. 525	683
1. Defesa do Executado	684
2. Impugnação	684
3. Legitimidade	685
4. Dispensa de Prévia Segurança do Juízo	685
5. Desnecessidade de nova intimação.....	685
6. Matérias.....	686
7. Inexistência ou Invalidez da Citação	686
8. Ilegitimidade das Partes	686
9. Inexequibilidade do Título ou Inexigibilidade da Obrigação	686
10. Ausência de reexame necessário e nulidade do título	687
11. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	687
12. Excesso de Execução.....	687
13. Incompetência relativa ou absoluta.....	688
14. Causa Impeditiva, Modificativa ou Extintiva da Obrigação Superveniente à Sentença ..	688
15. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.....	688
16. Inexigibilidade de Obrigação e ADIn 2.418/DF.....	691
17. Recebimento e Rejeição	691

18. Efeito Suspensivo	691
19. Relevantes Fundamentos	692
20. Manifestamente Suscetível	692
21. Grave Dano de Difícil ou Incerta Reparação	692
22. Penhora, Depósito ou Caução Suficientes	692
23. Decisão	693
24. Suspensão Total e Suspensão Parcial	693
25. Modulações do Efeito Suspensivo.....	693
26. Prosseguimento da Execução	693
27. Procedimento	694
28. Decisão Final	694
29. Apelação e Agravo de Instrumento	694
30. Coisa Julgada e Preclusão	695
31. Decisão de impugnação e honorários de sucumbência.....	695
32. Defesa ulterior no cumprimento de sentença	695
33. Exceção de Pré-executividade	695
34. Impugnação e título executivo oriundo da via arbitral.....	696
35. Impugnação de cumprimento de sentença arbitral e honorários advocatícios	696
Art. 526	697
1. Cumprimento espontâneo e depósito judicial	697
Art. 527	697
1. Cumprimento provisório de sentença	697

Capítulo IV

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS

Art. 528	698
1. Alimentos	698
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos.....	700
3. Título Executivo	700
4. Requerimento do credor	700
5. Citação do Executado	701
6. Impossibilidade de pagamento.....	701
7. Prisão Civil	701
8. Prazo da Prisão	701
9. Prisão civil e prisão domiciliar	702
10. Prisão civil e acordo celebrado em ação de alimentos	702
11. Prisão civil e pagamento parcial do débito	703
12. Prisão civil e imprescindibilidade dos valores alimentares.....	703
13. Protesto	704
14. Expropriação	704
15. Cumprimento por expropriação e oferecimento de Impugnação	704
16. Cumprimento de decisão provisória de prestação alimentar	705
17. Competência	705
18. Execução de honorários como prestação alimentar.....	705
Art. 529	705
1. Desconto em Folha	705
2. Dever de Terceiros	706
3. Desconto em Renda.....	706

Art. 530	706
1. Execução por expropriação.....	706
Art. 531	706
1. Regime comum a alimentos definitivos e provisórios.....	706
Art. 532	706
1. Conduta Procrastinatória.....	707
Art. 533	707
1. Técnicas Processuais e Prestação de Alimentos.....	707
2. Constituição de Capital	707
3. Folha de Pagamento, Fiança Bancária ou Garantia Real	708
4. Condições Econômicas.....	708
5. Salário-Mínimo.....	708
6. Cessação da Obrigação	708
7. Outras técnicas disponíveis aos alimentos civis.....	708

Capítulo V

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA

Art. 534	709
1. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	709
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública	709
3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial. Pode-se efetivar, contra a Fazenda Pública, tanto títulos judiciais como extrajudiciais	710
4. Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória	710
5. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública e parcelas incontroversas.....	710
6. Requerimento.....	711
7. Litisconsórcio ativo.....	711
8. Multa sancionatória	711
9. Conseqüências da condenação e Fazenda Pública.....	711
10. Honorários advocatícios.....	712
Art. 535	712
1. Intimação para Oposição de Impugnação	713
2. Impugnação à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo.....	713
3. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	714
4. Pedido de cumprimento não impugnado e honorários de sucumbência	714
5. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal	714
6. Precatório	715
7. Precatório Alimentar	715
8. Débitos de Natureza Alimentícia	715
9. Precatório Complementar.....	716
10. Ausência de Pagamento de Precatório.....	716
11. Crédito de Pequeno Valor	716
12. Depósito do valor em banco público.....	717
13. Preferência e Sequestro	717

14. Alegação de excesso de execução	718
15. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade.....	718
16. Inexigibilidade do título e ADIn 2.418/DF.....	720
17. Lei 13.463/17 e novo pagamento	721

Capítulo VI

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

Seção I

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer

Art. 536	721
1. Tutela específica e resultado prático equivalente	722
2. Poder Executivo e Medidas Necessárias	722
3. Prisão Civil. STF	722
4. Prisão Civil	723
5. Controle do Poder Executivo do Juiz.....	724
6. Quebra da Congruência entre o Pedido e a Sentença.....	724
7. Alteração da Sentença na Fase de Cumprimento	725
8. Defesa do Demandado.....	725
9. Intervenção Judicial	725
10. Litigância de má-fé e sanção criminal	726
11. Deveres de fazer e não fazer.....	726
Art. 537	726
1. Multa Coercitiva.....	726
2. Cabimento da Multa.....	727
3. Imposição de Multa contra a Fazenda Pública	727
4. Multa de Ofício ou a Requerimento	728
5. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva.....	728
6. Adequação do Valor da Multa	728
7. Beneficiário da Multa	728
8. Momento a Partir do Qual a Multa se Torna Eficaz e Momento a Partir do Qual Pode Ser Executada	728
9. Intimação do obrigado	729
10. Realização da multa	729
11. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa.....	730
12. Consectários da multa coercitiva	730
13. Cumulação da Indenização com a Multa.....	730

Seção II

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa

Art. 538	731
1. Busca e Apreensão e Imissão na Posse	731
2. Multa Coercitiva e Medidas Necessárias	731
3. Súmula 500, STF	731
4. Adequação das Medidas Executivas	732

5. Localização da Coisa	732
6. Busca e Apreensão, Imissão na Posse, Multa Coercitiva e Medidas Necessárias contra a Fazenda Pública	732
7. Controle do Poder Executivo do Juiz.....	732
8. Direito de Retenção	732
9. Defesa do Demandado.....	733

TÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1. Procedimentos Especiais.....	734
2. Procedimentos Especiais no Código Buzaid	734
3. Procedimentos Especiais depois das Reformas de 1994 e no Código de 2015	734
4. Negócios Processuais e Procedimentos Específicos	734

Capítulo I

DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 539	734
1. Ação de Consignação em Pagamento.....	735
2. Direito Civil	735
3. Locações.....	735
4. Direito Tributário	735
5. Cognição na Ação de Consignação em Pagamento	735
6. Objeto da Prestação	736
7. Facultatividade.....	736
8. Legitimidade Ativa.....	736
9. Legitimidade Passiva	736
10. Momento para Consignação.....	737
11. Depósito Bancário	737
Art. 540	737
1. Competência	737
2. Cessação dos Juros e dos Riscos.....	737
Art. 541	737
1. Prestações Periódicas	737
2. Data do Vencimento	738
3. Trânsito em Julgado.....	738
Art. 542	738
1. Depósito.....	738
2. Depósito na Consignatória de Aluguéis	738
3. Dispensa do Depósito.....	739
4. Discussão sobre o Conteúdo das Prestações	739
5. Cumulação de Pedidos.....	739
Art. 543	739
1. Direito de Escolha	739
Art. 544	739
1. Prazo	739
2. Matéria.....	740
3. Revelia.....	740

Art. 545	740
1. Depósito Insuficiente.....	740
2. Parcela Incontroversa	741
3. Título Executivo	741
Art. 546	741
1. Despesas Processuais	741
2. Reconhecimento Jurídico do Pedido	742
Art. 547	742
1. Dúvida sobre quem Deva Legitimamente Receber	742
2. Credor de um dos Credores.....	742
Art. 548	742
1. Duas Fases	742
2. Primeira Fase	743
3. Segunda Fase	743
Art. 549	743
1. Resgate do Aforamento	743

Capítulo II DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

Art. 550	743
1. Ação para Tomar Contas.....	744
2. Dever de Prestar Contas.....	744
3. Quitação	744
4. Fases	744
5. Consórcio	745
6. Conta-Corrente.....	745
7. Ação de exigir contas e contrato de mútuo e financiamento	745
8. Cooperativa	745
9. Ex-Prefeito	745
10. Inventariante	745
11. Sócio-Gerente	746
12. Petição Inicial da Ação de Exigir Contas.....	746
13. Apresentação de Contas.....	746
14. Contestação	746
15. Contestação e Apresentação de Contas	746
16. Revelia	747
17. Procedimento	747
18. Decisão da Primeira Fase	747
19. Prazo para prestar as contas.....	747
20. Decisão da Primeira Fase e Honorários Sucumbenciais.....	748
21. Contraditório sobre as Contas.....	748
22. Sentença da Segunda Fase.....	748
23. Provas Contábeis na Segunda Fase e Recurso.	749
24. Despesas Processuais	749
25. Ação de Exigir Contas e Revisão de Cláusula Contratual.....	749
Art. 551	749
1. Forma Adequada	749

2. Documentos Justificativos	749
3. Contas do autor	749
Art. 552	750
1. Título Executivo	750
Art. 553	750
1. Inadimplemento	750

Capítulo III DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS

Seção I Disposições Gerais

Art. 554	750
1. Ações Possessórias	751
2. Ação de Reintegração de Posse e Ação de Imissão de Posse	751
3. Ação de Reintegração de Posse, Ação Reivindicatória e Ação de Imissão de Posse	751
4. Fungibilidade entre as Tutelas Possessórias	752
5. Conflito coletivo possessório	752
6. Ação possessória e desconstituição de contrato	753
7. Ação possessória e exclusão de compossuidor	753
8. Legitimidade dos herdeiros para a ação possessória	753
9. Competência para as Ações Possessórias	754
10. Ações possessórias e função social da propriedade	754
Art. 555	754
1. Cumulação de Pedidos	754
2. Pedido de Desfazimento de Construção ou Plantação	754
3. Medidas Indutivas para Dar Cumprimento à Ordem Possessória	755
4. Modalidades Executivas para a Inibição de Novo Esbulho ou Turbação	755
5. Modalidades Executivas para o Desfazimento de Construção ou Plantação Feita em Detrimento da Posse	755
6. Dever de Custeio das Despesas para o Desfazimento e Meio Executivo para a sua Imposição	755
7. Utilidade do Desfazimento da Construção ou da Plantação	755
8. Tutela Definitiva da Parte Incontroversa da Demanda e Cumulação do Pedido Possessório com o Pedido de Perdas e Danos	755
Art. 556	756
1. Viabilidade de se Requerer Tutelas Possessória e Ressarcitória na Própria Contestação... ..	756
2. Tutelas de Reintegração de Posse e de Ressarcimento dos Frutos Demandadas na Contestação	756
Art. 557	756
1. Exceção de Domínio na Pendência do Juízo Possessório	756
2. Razão de Ser da Proibição da Discussão do Domínio nas Ações Possessórias	757
3. Constitucionalidade da Proibição da Discussão do Domínio na Pendência da Ação Possessória	757
4. Aplicabilidade da Súmula 487, STF	758
5. Ação Possessória e Oposição	758

Art. 558	758
1. Procedimento Possessório e Tutela Possessória.....	758
2. Procedimento Especial para a Tutela Possessória.....	758
3. Mais de Ano e Dia e Utilização das Técnicas Processuais dos arts. 550 a 552, CPC	758
4. Tutela Antecipatória em Caso de Mais de Ano e Dia	759
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente.....	759
6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia.....	759
Art. 559	760
1. Pedido ao Juiz para que Ordene ao Autor que Requeira Caução	760
2. Pedido nos Autos da Ação Possessória	760
3. Caráter Assecuratório da Medida.....	760
4. Momento do Requerimento	760
5. Caução Real e Fidejussória.....	760
6. Hipossuficiência econômica.....	760

Seção II

Da Manutenção e da Reintegração de Posse

Art. 560	761
1. Manutenção e Reintegração de Posse.....	761
2. Compose	761
3. Detenção	761
4. Servidão de Trânsito e Proteção Possessória	761
5. Tutela Possessória e Bens Imateriais.....	761
6. Reintegração de Posse e <i>Leasing</i>	762
7. Reintegração de Posse, <i>Leasing</i> e Cláusula Resolutiva Expressa	762
8. Reintegração de Posse, <i>Leasing</i> e Necessidade de Notificação.....	762
9. <i>Leasing</i> e Descabimento de Ação de Reintegração de Posse.....	762
Art. 561	763
1. Ação Fundada na Posse.....	763
2. Prova da Posse.....	763
3. Turbação ou Esbulho	764
4. Data da Turbação ou do Esbulho.....	764
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente.....	764
6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia.....	764
7. Atos Repetitivos, Turbação e Contagem do Prazo de Ano e Dia.....	764
8. Notificação Prévia e Ação Possessória	764
Art. 562	764
1. Petição Inicial Devidamente Instruída e Dever de Concessão de Tutela Possessória Antecipada	765
2. Tutela Antecipada na Ação de Reintegração de Posse Fundada no art.552, CPC	765
3. Designação de Audiência de Justificação.....	765
4. Não designação de Audiência de Justificação	765
5. Citação do Réu para Comparecer à Audiência	766
6. Forma de Participação do Réu na Audiência	766
7. Prazo para o Réu Contestar.....	766
8. Pessoa Jurídica de Direito Público e Necessidade de Audiência Prévia	766
9. Prazo para a Pessoa Jurídica de Direito Público se Pronunciar	766
10. Pessoa Jurídica de Direito Público.....	766

Art. 563	767
1. Suficiência da Justificação	767
2. Mandado de Manutenção e Mandado de Reintegração	767
3. Aplicabilidade dos arts. 536 e 538, CPC, na Execução da Manutenção e da Reintegração	767
Art. 564	767
1. Necessidade da Intimação do Autor, acerca da Decisão sobre a Tutela Antecipatória, para a Fluência do Prazo de Cinco Dias	767
2. Promoção da Citação	767
3. Citação do Réu e Prescrição	767
Art. 565	767
1. Conflito coletivo possessório	768
2. Liminar e Mediação prévia	768
3. Participação do Ministério Público e da Defensoria Pública	768
4. Inspeção judicial	768
5. Participação dos órgãos de política agrária e política urbana	769
6. Conflitos coletivos sobre propriedade de imóvel	769
Art. 566	769
1. Aplicabilidade dos Arts. 550 a 552, CPC	769

Seção III

Do Interdito Proibitório

Art. 567	769
1. Tutela Inibitória Possessória	769
2. Justo Receio	769
3. Repetição de Moléstia da Posse	769
4. Multa como Meio Executivo	769
5. Interdito Proibitório e Tutela Inibitória na Proteção de Bem Imaterial	770
Art. 568	770
1. Aplicabilidade das Normas da Seção Antecedente ao Interdito Proibitório	770

Capítulo IV

DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 569	770
1. Ação de Demarcação	770
2. Ação de Divisão	770
3. Duplicidade	770
4. Perpetuidade	771
5. Total ou Parcial	771
6. Terras Particulares	771
7. Ação Demarcatória e Ação Reivindicatória	771
8. Ação Demarcatória e Ação Possessória	771

Art. 570	772
1. Cumulação	772
Art. 571	772
1. Demarcação e divisão extrajudiciais	772
Art. 572	772
1. Terceiros	772
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário	773
3. Cumulação Alternativa	773
4. Litispendência	773
5. Trânsito em Julgado	773
6. Denúnciação da Lide	773
Art. 573	774
1. Dispensa da prova pericial	774

Seção II Da Demarcação

Art. 574	774
1. Competência	774
2. Legitimação	774
3. Causa de Pedir	774
4. Pedido	775
5. Valor da Causa	775
6. Documentos Necessários	775
7. Demarcatória e Reivindicatória	775
Art. 575	775
1. Qualquer Condômino	775
2. Litisconsórcio	775
Art. 576	776
1. Citação	776
2. Citação por Edital	776
3. Demarcação de terrenos de marinha	776
Art. 577	776
1. Prazo	776
2. Prazo em Dobro	776
Art. 578	776
1. Contestação	776
2. Procedimento	777
Art. 579	777
1. Perícia	777
2. Assistentes Técnicos	777
Art. 580	777
1. Laudo Pericial	777
2. Laudo dos Assistentes	778

Art. 581	778
1. Sentença de Procedência	778
2. Sentença de Improcedência	778
3. Efeito anexo da sentença de procedência	778
Art. 582	778
1. Trânsito em Julgado	778
2. Cumprimento de Sentença	778
Art. 583	778
1. Cadernetas de Operações de Campo e Memorial Descritivo	779
Art. 584	779
1. Marcos	779
Art. 585	779
1. Relatório	779
2. Peritos e agrimensor	779
Art. 586	779
1. Manifestação das Partes	780
2. Decisão	780
3. Auto de Demarcação	780
Art. 587	780
1. Sentença Homologatória da Demarcação	780

Seção III Da Divisão

Art. 588	780
1. Competência	780
2. Legitimação	781
3. Causa de Pedir	781
4. Pedido	781
5. Cumulação	781
6. Valor da Causa	781
7. Documentos Necessários	781
8. Ação Divisória e Compose	781
Art. 589	781
1. Citação	781
2. Citação por Edital	782
3. Prazo	782
4. Prazo em Dobro	782
5. Contestação	782
6. Procedimento	782
7. Sentença de Procedência	782
Art. 590	782
1. Cumprimento da Sentença	782
2. Elementos do laudo pericial	782
Art. 591	783
1. Pedido de Constituição dos Quinhões	783

Art. 592	783
1. Oitiva das Partes	783
Art. 593	783
1. Linha do Perímetro.....	783
2. Benfeitorias permanentes.....	783
Art. 594	783
1. Terceiros	783
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário	784
3. Cumulação Alternativa	784
4. Litispendência	784
5. Trânsito em Julgado	784
6. Denúnciação da Lide	784
Art. 595	784
1. Proposta de Divisão	785
Art. 596	785
1. Oitiva das Partes	785
2. Cumprimento.....	785
Art. 597	785
1. Auto de Divisão	786
2. Folha de Pagamento.....	786
3. Sentença Homologatória da Divisão.....	786
Art. 598	786
1. Aplicação Subsidiária.....	786

Capítulo V

DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

Art. 599	786
1. Medidas disciplinadas por este capítulo.....	787
2. Fundamentos da dissolução	787
3. Direito de retirada.....	787
4. Exclusão do sócio.....	787
5. Morte do sócio.....	787
6. Entidades que Podem Utilizar da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade	787
7. Prescrição	788
8. Valor da Causa	788
Art. 600	788
1. Legitimidade ativa	788
2. Herdeiro necessário e pagamento das quotas do acervo hereditário	788
3. Óbito do sócio	789
4. Retirada.....	789
5. Exclusão	789
6. Apuração de Haveres	789
Art. 601	789
1. Legitimidade Passiva	789
2. Ação proposta pela sociedade	790
3. Prazo para a Resposta dos Réus.....	790

Art. 602	790
1. Pedido de compensação	790
Art. 603	790
1. Resposta dos réus	790
2. Concordância na dissolução	790
3. Procedimento a ser observado	790
4. Controvérsia sobre o valor dos haveres	791
5. Despesas processuais e controvérsia sobre a dissolução	791
6. Natureza do ato judicial que resolve a dissolução	791
Art. 604	791
1. Sentença de procedência	791
2. Parte incontroversa	791
Art. 605	792
1. Data da dissolução parcial	792
Art. 606	792
1. Critérios para apuração de haveres	792
2. Perito	793
3. Juros de mora	793
4. Juros de mora e sociedade anônima	793
5. Mora da sociedade	793
Art. 607	793
1. Alteração dos critérios para apuração de haveres.....	793
Art. 608	793
1. Valores devidos	794
Art. 609	794
1. Pagamento dos haveres	794

Capítulo VI DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

Seção I Disposições Gerais

Art. 610	794
1. Inventário e Partilha.....	794
2. Espécies	794
3. Inventário Judicial.....	794
4. Inventário Extrajudicial	795
5. Inventário extrajudicial e testamento.....	795
6. Foro do Inventário e da Partilha	796
7. Inventário e litispendência	796
Art. 611	796
1. Abertura do Inventário	796
2. Sanção	796
3. Encerramento do Inventário	797
4. Participação do Ministério Público	797
5. Interrupção da prescrição	797

Art. 612	797
1. Juízo Universal.....	797
2. Cognição Plena e Exauriente <i>Secundum Eventum Probationis</i>	798
3. Decisão.....	798
Art. 613	798
1. Administrador Provisório	798
2. Herdeiros.....	798
Art. 614	799
1. Direitos, Deveres e Responsabilidade.....	799

Seção II

Da Legitimidade para Requerer o Inventário

Art. 615	799
1. Legitimidade	799
2. Documento Necessário.....	799
Art. 616	799
1. Legitimidade Concorrente.....	800

Seção III

Do Inventariante e das Primeiras Declarações

Art. 617	800
1. Inventariante	800
2. Compromisso	801
3. Decisão.....	801
4. Término da representação do inventariante	801
Art. 618	801
1. Atribuições	802
2. Inventariante e direito a voto em assembleia geral de sociedade	802
Art. 619	802
1. Ouvidos os Interessados e com Autorização do Juiz	802
2. Despesas com o Inventário.....	803
Art. 620	803
1. Primeiras Declarações.....	804
2. Relação Patrimonial.....	804
3. Determinações Judiciais.....	804
4. Declaração por Petição.....	804
Art. 621	804
1. Sonegação ao Inventariante.....	804
2. Ação de Sonegados	804
Art. 622	805
1. Remoção do Inventariante	805
Art. 623	805
1. Processo Justo	805
2. Decisão.....	805

Art. 624	806
1. Nova Nomeação	806
Art. 625	806
1. Entrega de Bens	806

Seção IV

Das Citações e das Impugnações

Art. 626	806
1. Litisconsórcio Necessário	807
2. Testamenteiro	807
3. Citações	807
Art. 627	807
1. Manifestação das Partes	807
2. Erros, Omissões e Sonegações de bens	808
3. Nomeação do Inventariante	808
4. Qualidade de Herdeiro	808
5. Colações	808
6. Reserva de Bens	808
7. Decisão	809
Art. 628	809
1. Exame do Pedido	809
2. Não Obsta o Andamento do Inventário	809
Art. 629	809
1. Fazenda Pública	809
2. Reserva de Bens	809

Seção V

Da Avaliação e do Cálculo do Imposto

Art. 630	810
1. Avaliação	810
2. Assistentes Técnicos	810
Art. 631	810
1. Laudo de Avaliação e Nova Avaliação	810
Art. 632	810
1. Carta Precatória	810
Art. 633	810
1. Dispensa de Avaliação	810
Art. 634	811
1. Avaliação da Fazenda Pública	811
Art. 635	811
1. Laudo de Avaliação	811
2. Manifestação das Partes	811
3. Impugnação	811

Art. 636	811
1. Últimas Declarações	811
Art. 637	811
1. Alíquota.....	811
2. Cálculo do Imposto.....	811
3. Correção Monetária.....	812
4. Isenção.....	812
5. Honorários de Advogado	812
6. Morte Presumida	812
7. Nova Avaliação	812
8. Promessa de Compra e Venda	812
Art. 638	812
1. Decisão	812
2. Exigibilidade.....	812
3. Responsabilidade tributária e encerramento do inventário	812

Seção VI Das Colações

Art. 639	813
1. Colação.....	813
2. Avaliação	813
3. Ministério Público	813
Art. 640	813
1. Renúncia ou Exclusão de Herdeiros	814
2. Parte Inoficiosa	814
Art. 641	814
1. Oposição.....	814
2. Decisão	815
3. Sequestro.....	815

Seção VII Do Pagamento das Dívidas

Art. 642	815
1. Pagamento das Dívidas	815
2. Habilitação	815
3. Habilitação de credor de herdeiro inadimplente	816
4. Expropriação	816
5. Fazenda Pública.....	816
6. Partilha Homologada antes do Julgamento da Habilitação de Crédito	816
Art. 643	816
1. Meios Ordinários.....	816
2. Reserva de Bens	817
3. Impugnação de crédito e discussão nas vias ordinárias	817
Art. 644	817
1. Dívida Ainda Inexigível	817

Art. 645	817
1. Legatário	817
Art. 646	817
1. Penhora	818

Seção VIII Da Partilha

Art. 647	818
1. Partilha	818
2. Bens Remotos, Litigiosos ou de Liquidação Morosa ou Difícil	818
3. Partilha em Vida	818
4. Decisão	818
5. Fruição provisória de bem	819
Art. 648	819
1. Critérios para a partilha judicial ou amigável	819
Art. 649	819
1. Partilha de bens que não admitam divisão cômoda	819
Art. 650	819
1. Quinhão devido a nascituro	819
Art. 651	819
1. Esboço da Partilha	820
Art. 652	820
1. Intimação	820
2. Decisão	820
Art. 653	820
1. Partilha Definitiva	820
Art. 654	820
1. Tributos	821
2. Homologação da Partilha	821
3. Sobrepartilha	821
4. Anulação e Rescisão da Partilha	821
5. Petição de Herança	821
Art. 655	821
1. Trânsito em Julgado	821
2. Formal de Partilha	821
Art. 656	821
1. Emenda da Partilha	821
Art. 657	822
1. Ação Anulatória de Partilha	822
2. Legitimidade	822
3. Prazo	822
Art. 658	823
1. Ação Rescisória de Partilha	823

2. Legitimidade	823
3. Prazo	823

Seção IX Do Arrolamento

Art. 659	823
1. Arrolamento Sumário	824
2. Prova da Quitação dos Tributos.....	824
3. Homologação da Partilha.....	825
4. Desconstituição de Partilha Homologada em Arrolamento	825
Art. 660	825
1. Petição Inicial	825
Art. 661	825
1. Dispensa de Avaliação.....	826
Art. 662	826
1. Cognição Parcial.....	826
2. Contraditório Eventual.....	826
Art. 663	827
1. Credores do Espólio.....	827
Art. 664	827
1. Arrolamento Sumaríssimo	827
2. Ministério Público	827
3. Cognição Parcial e Exauriente <i>Secundum Eventum Probationis</i>	827
4. Conversão de ofício do inventário para arrolamento	828
Art. 665	828
1. Arrolamento sumaríssimo e interesse de incapazes.....	828
Art. 666	829
1. Pagamento de Valores Independentemente de Inventário ou Arrolamento	829
Art. 667	829
1. Aplicação Subsidiária.....	829

Seção X Disposições Comuns a Todas as Seções

Art. 668	829
1. Eficácia da Tutela Cautelar	829
2. Extinção do Inventário com ou sem Resolução de Mérito	829
Art. 669	830
1. Sobrepartilha	830
2. Espólio	830
3. Prescrição	830
Art. 670	830
1. Processo de Inventário e Partilha.....	831
2. Sobrepartilha e Tributos.....	831

Art. 671	831
1. Curador Especial	831
2. <i>Mínus</i> Público	831
Art. 672	831
1. Herdeiros de Ambos os Cônjuges Falecidos Forem os Mesmos	831
2. Morte de Herdeiro que não Possui Outros Bens além de seu Quinhão na Herança	832
Art. 673	832
1. Desnecessidade de Sobrepartilha	832

Capítulo VII DOS EMBARGOS DE TERCEIRO

Art. 674	832
1. Embargos de Terceiro	832
2. Terceiro	833
3. Constrição Judicial	833
4. Fraude contra Credores	834
5. Cônjuge	834
6. União Estável	834
7. Filho	834
8. Meação	835
9. Sócio-Gerente	835
10. Pré-Contrato	835
11. Contrato Particular de Permuta e Cessão de Direitos sem Registro	835
12. Doação Verbal	835
13. Entes Cadastrais	836
14. Desapropriação	836
15. Benfeitorias	836
16. Sentença Transitada em Julgado sem Registro	836
17. Divisão e Demarcação	836
18. Hipoteca e Penhor	836
19. Anticrese	837
20. Alienação Fiduciária	837
Art. 675	837
1. Processo de Conhecimento	837
2. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento. Sentença Mandamental ou Sentença Executiva	837
3. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento. Sentença Condenatória	838
4. Processo de Execução	838
5. Tutela de Urgência	838
6. Procedimentos Especiais	838
7. Apreensão Criminal	839
8. Tutela Jurisdicional Diferenciada e Tutela Jurisdicional Comum	839
9. Terceiro e intimação pessoal	839
10. Prazo de Embargos de Terceiro e Fraude à Execução	839
11. Prazo e Preclusão	839
Art. 676	840
1. Competência	840
2. Juízo Deprecante e Juízo Deprecado	840
3. Competência Delegada	840

Art. 677	841
1. Prova Sumária da Posse.....	841
2. Prova da Qualidade de Terceiro.....	841
3. Documentos e Rol de Testemunhas	841
4. Valor da Causa	842
5. Legitimidade passiva para os embargos de terceiro.....	842
6. Cumulação de Pedidos.....	842
Art. 678	842
1. Antecipação de Tutela.....	842
2. Decisão.....	843
3. Técnicas Processuais para o Cumprimento da Decisão Antecipatória.....	843
4. Suspensão do Processo Principal.....	843
5. Duração do Período de Suspensão	843
6. Suspensão e fraude à execução	843
7. Caução.....	843
Art. 679	844
1. Contestação	844
2. Procedimento	844
Art. 680	844
1. Matéria de Contestação	844
Art. 681	844
1. Sentença	845
2. Honorários Advocatícios	845

Capítulo VIII DA OPOSIÇÃO

Art. 682	845
1. Oposição.....	845
2. Oposição Sucessiva	846
3. Momento para Oposição	846
Art. 683	846
1. Petição Inicial	846
2. Distribuição e Citação	846
3. Resposta dos Opostos	846
Art. 684	846
1. Reconhecimento do Pedido	846
Art. 685	847
1. Oposição Antes da Audiência de Instrução e Julgamento.....	847
2. Oposição Depois da Audiência de Instrução e Julgamento.....	847
Art. 686	847
1. Oposição e Prejudicialidade	847

Capítulo IX DA HABILITAÇÃO

Art. 687	847
1. Habilitação	848

2. Habilitação no Processo e Dispensa Administrativa.....	848
3. Habilitação e pessoas jurídicas	848
Art. 688	848
1. Legitimidade	848
Art. 689	849
1. Habilitação como Processo Autônomo	849
2. Causa no Tribunal.....	849
Art. 690	849
1. Petição Inicial	849
2. Citação	849
3. Manifestação da parte contrária	849
Art. 691	849
1. Não impugnação.....	849
2. Procedimento	849
3. Sentença	850
Art. 692	850
1. Retomada do Curso da Causa Principal	850

Capítulo X DAS AÇÕES DE FAMÍLIA

Art. 693	850
1. Legislação própria.....	850
Art. 694	850
1. Prioridade da solução consensual	851
2. Suspensão do processo	851
Art. 695	851
1. Citação dos réus	851
2. Renúncia prévia à mediação ou à conciliação	852
Art. 696	852
1. Sessões de mediação e conciliação	852
2. Requerimentos de tutelas provisórias	852
Art. 697	852
1. Resposta do réu.....	852
2. Rito	852
Art. 698	852
1. Intervenção do Ministério Público.....	852
2. Violência doméstica e familiar	853
Art. 699	853
1. Depoimento de incapaz	853
Art. 699-A	853
1. Guarda compartilhada e risco de violência	853

Capítulo XI DA AÇÃO MONITÓRIA

Art. 700	853
1. Procedimento Monitório	854
2. Fundamento do Procedimento Monitório	854
3. Pagamento de Soma em Dinheiro, Entrega de Coisa Fungível ou Infungível ou de Bem Móvel ou Imóvel ou ainda Prestação de Fazer ou Não Fazer	854
4. Procedimento Monitório e Fazenda Pública	854
5. Título Executivo e Inadmissibilidade da Ação Monitória	854
6. Existência de Prova Escrita e Admissibilidade do Uso do Procedimento Comum	855
7. Conceito de Prova Escrita	855
8. Prova Escrita Composta por Dois ou Mais Escritos	856
9. Documento Particular	856
10. Conta-Corrente	856
11. Cheque Prescrito	857
12. Correio eletrônico	857
13. Duplicata sem aceite	857
14. Cópia de título	857
15. Bem Alienado Fiduciariamente	857
16. Requisitos da petição inicial	857
17. Fungibilidade	857
18. Citação com Hora Certa	857
19. Citação por Edital	857
20. Ação Monitória, Correção Monetária e Juros de Mora	858
21. Ação Monitória e Prescrição	858
22. Ação monitória e dívida ilíquida	858
Art. 701	858
1. Diferença entre Prova Escrita, Prova Suficiente para a Tutela Antecipatória e Prova Suficiente para a Improcedência dos Embargos ao Mandado	858
2. Petição Inicial Devidamente Instruída com Prova Escrita	859
3. Suficiência de Convicção de Probabilidade e de Cognição Sumária	859
4. Decisão que Defere o Mandado	860
5. Deferimento da Expedição do Mandado e Determinação da Citação do Devedor	860
6. Atitudes do Devedor após a Expedição do Mandado	860
7. Estímulo ao Cumprimento do Mandado	860
8. Inércia do Réu e Formação do Título Executivo	860
9. Não Oposição dos Embargos ao Mandado, Multa do art. 523, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado	860
10. Mandado definitivo e ação rescisória	860
Art. 702	861
1. Apresentação de Embargos ao Mandado e Obstaculização da Execução	861
2. Embargos com Cognição Exauriente	861
3. Cognição Exauriente <i>Secundum Eventum Defensionis</i>	861
4. Procedimento Monitório Viabiliza a Ampla Defesa	862
5. Reconvenção	862
6. Tutela Antecipatória em Caso de Embargos Infundados	862
7. Tutela Antecipatória em Caso de Receio de Dano	862
8. Execução Imediata no Caso de Improcedência dos Embargos ao Mandado	863
9. Efeito Suspensivo da Apelação e Ação Monitória	864

10. Prescrição da Fase Executiva da Ação Monitória.....	864
11. Procedência do Pedido Monitório, Multa do art 520, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado	864
12. Conteúdo da Impugnação.....	864
13. Alegação de Excesso de Execução	864
14. Ação Monitória contra a Fazenda Pública e Remessa Necessária	865
15. Parcelamento e ação monitória.....	865

Capítulo XII

DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

Art. 703	865
1. Homologação de Penhor Legal.....	865
2. Penhor Legal	866
3. Ato Contínuo	866
4. Petição Inicial	866
5. Homologação extrajudicial	866
Art. 704	866
1. Defesa.....	866
2. Dívida Compreendida entre as Previstas em Lei	867
3. Bens Sujeitos a Penhor Legal	867
Art. 705	867
1. Procedimento	867
Art. 706	867
1. Sentença	867
2. Recurso.....	867

Capítulo XIII

DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA

Art. 707	867
1. Avarias grossas.....	868
2. Competência para a demanda judicial de regulação de avaria grossa	868
3. Regulador de avaria grossa	868
Art. 708	869
1. Procedimento inicial.....	869
2. Prazos	869
3. Retenção da carga	869
Art. 709	869
1. Liquidação das avarias.....	869
Art. 710	870
1. Regulamento da avaria grossa.....	870
2. Impugnação do regulamento.....	870
3. Decisão judicial.....	870
Art. 711	870
1. Regulador	870

Capítulo XIV DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

Art. 712	870
1. Restauração de Autos	870
Art. 713	871
1. Competência	871
2. Competência	871
3. Juntada de Documentos	871
Art. 714	871
1. Ausência de Citação de Litisconsorte na Causa Principal	871
2. Contestação	872
3. Concordância	872
4. Concordância Parcial	872
5. Juntada de Documentos	872
6. Procedimento	872
7. Colaboração de todos	872
Art. 715	872
1. Laudo Pericial	873
Art. 716	873
1. Sentença	873
Art. 717	873
1. Desaparecimento no Tribunal	873
Art. 718	873
1. Despesas Processuais	873
2. Responsabilidade Processual Civil, Civil e Penal	874

Capítulo XV DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

1. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária	874
2. Jurisdição Voluntária e Tutela de Posições Jurídicas Não Expressamente Contempladas pela Legislação Infraconstitucional	874
3. Jurisdição voluntária e surgimento de controvérsia	874
4. Honorários advocatícios	874

Seção I Disposições Gerais

Art. 719	875
1. Procedimento Comum de Jurisdição Voluntária	875
Art. 720	875
1. Competência	875
2. Legitimidade Ativa	875
3. Causa de Pedir e Pedido	875
4. Documentos Necessários	875
Art. 721	876
1. Legitimidade Passiva	876

2. Ministério Público.....	876
3. Nulidade.....	876
4. Resposta.....	876
5. Litigiosidade.....	876
Art. 722	877
1. Fazenda Pública.....	877
Art. 723	877
1. Equidade.....	877
2. Sentença.....	877
3. Despesas Processuais.....	878
Art. 724	878
1. Apelação.....	878
2. Redesignação de Sexo no Registro.....	878
Art. 725	878
1. Rol Exemplificativo.....	879
2. Aplicação subsidiária.....	879
3. Alienação de coisa comum.....	879

Seção II

Da Notificação e da Interpelação

Art. 726	879
1. Protestos, Notificações e Interpelações.....	879
2. Manifestação de Vontade.....	879
3. Intimação.....	880
4. Petição Inicial.....	880
5. Competência.....	880
6. Interesse.....	880
7. Prudência.....	880
8. Indeferimento da Petição Inicial.....	881
9. Intimação por Editais.....	881
10. Protesto contra Alienação de Bens.....	881
Art. 727	881
1. Interpelação.....	881
Art. 728	881
1. Defesa e Contraprotesto.....	881
2. Contraprotesto.....	881
3. Admissibilidade de Averbação em Registro de Imóveis.....	881
4. Prazo para a manifestação do requerido.....	882
5. Recurso.....	882
Art. 729	882
1. Sentença.....	882

Seção III

Da Alienação Judicial

Art. 730	882
1. Alienações Judiciais.....	882

2. Contraditório.....	882
3. Leilão Público.....	883
4. Procedimento	883
5. Coisa Comum.....	883
6. Bens de Órfãos.....	883
7. Alienação de bem objeto de promessa de compra e venda.....	883

Seção IV

Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio

Art. 731	883
1. Separação e Divórcio Consensuais	883
2. Mútuo Consentimento	884
3. Conversão da Separação Judicial em Divórcio	884
4. Dissolução Consensual de União Estável	884
5. Pacto Antenupcial.....	884
6. Partilha de Bens	884
7. Guarda dos Filhos e Regime de Visitas.....	884
8. Manutenção dos Filhos	885
9. Alimentos	885
10. Preservação Suficiente de Interesse	885
11. Ministério Público	885
12. Homologação	885
13. Doação ao Filho do Casal.....	886
14. Morte do Pai da Separanda	886
15. Restabelecimento da Sociedade Conjugal.....	886
16. Rescisão do acordo realizado para o divórcio consensual.....	886
Art. 732	887
1. Extinção consensual de união estável.....	887
Art. 733	887
1. Separação e Divórcio Consensuais Extrajudiciais.....	887
Art. 734	887
1. Requerimento conjunto	888
2. Direitos de terceiros	888
3. Divulgação do pedido de alteração do regime de bens	888
4. Averbação da Alteração de Regime	888

Seção V

Dos Testamentos e dos Codicilos

Art. 735	888
1. Testamentos e Codicilos	889
2. Testamento Cerrado	889
3. Competência	889
4. Abertura, Registro e Cumprimento.....	889
5. Língua Estrangeira	889
6. Suspeito de Nulidade ou Falsidade.....	889
7. Testamenteiro.....	889
8. Preferência Legal	890

Art. 736	890
1. Testamento Público	890
Art. 737	890
1. Testamento Particular	890
2. Aferição de Regularidade do Testamento Particular	890
3. Reconhecimento de Regularidade	890
4. Prova Pericial Grafológica	890
5. Abrandamento do Rigor Formal	891
6. Registro, Arquivo e Cumprimento	891
7. Testamentos Especiais e Codicilo	891

Seção VI Da Herança Jacente

Art. 738	892
1. Herança Jacente	892
2. Competência	892
3. Arrecadação de Bens	892
4. Conversão de Inventário em Herança Jacente	892
5. Herança Jacente como <i>Ultima Ratio</i>	893
Art. 739	893
1. Curador	893
2. Guarda, Conservação e Administração	894
3. Incorporação ao Patrimônio Público	894
Art. 740	894
1. Arrecadação	894
2. Conclusão da Arrecadação	894
3. Direito Fundamental à Intimidade e à Vida Privada	894
4. Autoridade Policial	895
5. Auto de Inquirição e Informação	895
6. Carta Precatória	895
7. Apresentação de Herdeiro ou Testamenteiro	895
8. Decisão	895
Art. 741	895
1. Publicação de Editais	896
2. Finado Estrangeiro	896
3. Citação Pessoal	896
4. Conversão de Herança Jacente em Inventário	896
5. Credores	896
Art. 742	896
1. Alienações	896
2. Bens com Valor de Afeição	897
Art. 743	897
1. Declaração de Vacância	897
2. Habilitação	897
3. Exceção à Regra da <i>Saisine</i>	897
4. Usucapião	897
5. Habilitação nos mesmos Autos	898
6. Ação Própria	898

Seção VII Dos Bens dos Ausentes

Art. 744	898
1. Ausência	898
2. Competência	898
3. Arrecadação dos Bens	899
4. Curador	899
5. Pagamento de Benefício Devido ao Ausente	899
Art. 745	900
1. Publicação de Editais	900
2. Sucessão Provisória	900
3. Habilitação	900
4. Como se o Ausente Fosse Falecido	900
5. Tributação	900
6. Caução	901
7. Alienar ou Hipotecar	901
8. Sucessão Definitiva	901
9. Regresso do Ausente ou de Algum dos seus Descendentes ou Ascendentes	901
10. Incorporação ao Patrimônio Público	901
11. Procedimento Comum	901

Seção VIII Das Coisas Vagas

Art. 746	901
1. Coisas Vagas	902
2. Competência	902
3. Publicação de Editais	902
4. Comparecimento	902
5. Ausência de Comparecimento	902
6. Abandono da Coisa	902
7. Suspeita de Crime	902

Seção IX Da Interdição

1. Interdição e Estatuto da Pessoa com Deficiência	903
Art. 747	903
1. Interdição	903
2. Curatela	903
3. Atos de natureza patrimonial e negocial	903
4. Legitimidade Ativa	903
5. Prova Pré-Constituída da Legitimidade	904
6. Tomada de Decisão Apoiada	904
Art. 748	904
1. Ministério Público	904
Art. 749	904
1. Competência	905
2. Tutela de urgência	905

3. Curador Especial	905
4. Inépcia da Petição Inicial	905
Art. 750	905
1. Prova documentada da incapacidade	905
Art. 751	905
1. Citação	906
2. Inspeção Judicial Preliminar.....	906
3. Nulidade do processo	906
Art. 752	906
1. Impugnação ao Pedido.....	906
2. Ministério Público.....	907
3. Representação Processual do Interditando	907
Art. 753	907
1. Laudo Pericial.....	907
2. Assistentes Técnicos.....	908
Art. 754	908
1. Conclusão da instrução	908
Art. 755	908
1. Sentença de Interdição.....	908
2. Nomeação de Curador	908
3. Inscrição no Registro e Publicação da Sentença de Interdição	909
4. Eficácia <i>Ex Nunc</i> da Sentença de Interdição	909
5. Possibilidade de Anulação de Atos Anteriores à Prolação da Sentença de Interdição.....	909
6. Prescrição Consumada antes da Prolação da Sentença de Interdição	909
Art. 756	910
1. Levantamento de Interdição	910
2. Legitimidade ativa	910
3. Prova Pericial	910
4. Audiência de Instrução e Julgamento	910
5. Sentença de Levantamento de Interdição	910
Art. 757	911
1. Extensão da atuação do curador	911
Art. 758	911
1. Recuperação da capacidade do interditado.....	911

Seção X

Disposições Comuns à Tutela e à Curatela

Art. 759	911
1. Tutela	911
2. Tutor.....	911
3. Compromisso	911
4. Responsabilidade do Juiz	912
5. Garantia	912
6. Tomada de Decisão Apoiada.....	912

Art. 760	912
1. Escusa.....	912
2. Prazo	912
3. Decisão.....	912
Art. 761	913
1. Remoção.....	913
2. Responsabilidade do Juiz	913
3. Contestação	913
4. Procedimento	913
5. Sentença	913
Art. 762	913
1. Suspensão do Exercício de suas Funções	913
2. Tutela Provisória de Urgência	913
Art. 763	914
1. Dispensa	914
2. Cessação da Tutela ou Curatela	914
3. Prestação de contas	914

Seção XI

Da Organização e da Fiscalização das Fundações

Art. 764	914
1. Organização e Fiscalização das Fundações	914
2. Instituição de Fundação	914
3. Elaboração de Estatuto	915
4. Ministério Público	915
5. Apreciação do Estatuto	915
6. Pedido de Suprimento de Aprovação	915
7. Existência Legal da Fundação	915
8. Alteração de Estatuto.....	915
Art. 765	916
1. Extinção da Fundação.....	916

Seção XII

Da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo

Art. 766	916
1. Protesto marítimo e processo testemunhável.....	916
2. Competência	916
3. Legitimidade	916
Art. 767	916
1. Petição inicial.....	916
2. Documentos em língua estrangeira	916
Art. 768	917
1. Instrução do pedido	917

Art. 769	917
1. Curador de ausentes.....	917
Art. 770	917
1. Apreciação judicial.....	917
2. Recurso.....	917

LIVRO II

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

1. Processo de Execução no Código Buzaid	919
2. Processo de Execução no Código Reformado.....	919
3. Código atual	919

TÍTULO I

DA EXECUÇÃO EM GERAL

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 771	920
1. Aplicação subsidiária	920
2. Aplicação da Parte Geral e do Livro I da Parte Especial subsidiariamente à Execução de Títulos Extrajudiciais.....	920
3. Interesse Processual e Execução de Créditos de Pequeno Valor	920
4. Execução de título extrajudicial e medidas executivas atípicas.....	921
Art. 772	923
1. Poderes do Juiz.....	923
2. Ordem de Comparecimento das Partes	923
3. Ordem de Colaboração com a Execução	923
Art. 773	923
1. Medidas Necessárias	923
2. Confidencialidade.....	923
Art. 774	924
1. Ato atentatório à Dignidade da Justiça.....	924
2. Transparência patrimonial	924
3. Multa Sancionatória	925
4. Sem Prejuízo de Outras Sanções.....	925
5. Proveito do Exequente	925
6. Exigível na Própria Execução	925
7. Direito à Relevação da Pena	925
8. Dever de probidade para fora do processo de execução	925
Art. 775	925
1. Desistência	926
2. Embargos à Execução	926
3. Impugnação.....	926
Art. 776	926
1. Responsabilidade do Exequente.....	926
2. Pagamento em Dobro ou pelo Equivalente da Dívida	926
3. Apuração dos Danos.....	926

Art. 777	927
1. Exigibilidade das Multas dentro do Próprio Processo.....	927
2. Realização da Multa por Execução ou Compensação	927

Capítulo II DAS PARTES

1. Partes.....	927
2. Litisconsórcio	927
3. Intervenção de Terceiros	927
Art. 778	927
1. Legitimidade Ativa.....	928
2. Credores Solidários.....	928
3. Demanda Condenatória	928
4. Execução Forçada. Título Executivo Extrajudicial	928
5. Desnecessidade de anuência da parte contrária para a sucessão.....	929
6. Cessionário.....	929
Art. 779	929
1. Legitimidade Passiva	929
2. O fiador judicial.....	930
3. Assistência judiciária gratuita.....	930
Art. 780	930
1. Cumulação de Execuções.....	930
2. Tríplice Identidade	930
3. Inclusão de parcelas vincendas	931

Capítulo III DA COMPETÊNCIA

Art. 781	931
1. Competência para Execução de Título Extrajudicial.....	932
2. Derrogação da competência em favor da economia processual e do interesse do executado	932
3. Processo de execução e convenção arbitral.....	932
4. Sede de pessoa jurídica.....	932
Art. 782	933
1. Atos Executivos	933
2. Autorização para cumprir medidas fora da sede do juízo	933
3. Força Policial	933
4. Cadastro de inadimplentes.....	933
5. Cadastro de inadimplentes e execução fiscal.....	933

Capítulo IV DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

Seção I Do Título Executivo

Art. 783	934
1. Obrigação Certa, Líquida e Exigível	934

2. Nulidade da Execução.....	934
3. Inclusão de parcelas vincendas e liquidez do título.....	934
Art. 784	935
1. Títulos Executivos Extrajudiciais.....	935
2. Títulos de Crédito.....	936
3. Escritura Pública ou Outro Documento Público Assinado pelo Devedor.....	936
4. Documento Particular Assinado pelo Devedor e por Duas Testemunhas	936
5. Instrumento de Transação Referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal	937
6. Contratos Garantidos por Hipoteca, Penhor, Anticrese, outro Direito Real de Garantia e Caução	937
7. Contratos de Seguro de Vida	937
8. Crédito de Foro e Laudêmio	938
9. Crédito de Aluguel e de Encargos Acessórios.....	938
10. Certidão de Dívida Ativa	938
11. Contribuições de Condomínio Edilício	938
12. Certidão de Serventia Notarial e de Registro.....	938
13. Instrumento de ressarcimento da seguradora.....	939
14. Demais Títulos	939
15. Propositura de Ação não Inibe o Credor de Promover-lhe a Execução	939
16. Título Executivo Extrajudicial Estrangeiro.....	940
17. Contrato de Adesão a Consórcio.....	940
18. Títulos Executivos Eletrônicos e Dispensa de Testemunhas.....	940
Art. 785	940
1. Interesse processual e título extrajudicial	940

Seção II

Da Exigibilidade da Obrigação

Art. 786	941
1. Requisitos da obrigação exigível em execução.....	941
2. Liquidação por cálculo e liquidez da obrigação.....	941
Art. 787	941
1. Sinalagma.....	941
2. Satisfação.....	941
3. Exoneração	941
4. Despesas Processuais	941
Art. 788	942
1. Adimplemento	942
2. Inadimplemento	942
3. Adimplemento Insatisfatório e Violação Positiva do Contrato.....	942

Capítulo V

DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

Art. 789	942
1. Responsabilidade Patrimonial.....	942
2. Processualidade.....	943
3. Âmbito de Aplicação	943

Art. 790	943
1. <i>Schuld e Haftung</i>	943
2. Sequela	944
3. Sócio	944
4. Responsabilidade Patrimonial do Empresário Individual	944
5. Em Poder de Terceiros	944
6. Cônjuge	944
7. Intimação do Cônjuge	945
8. Em Fraude à Execução	945
9. Em Fraude contra Credores	945
10. Desconsideração de Personalidade Jurídica	945
11. Intimação do Terceiro	945
12. Responsabilidade Patrimonial e Responsabilidade Civil por Fato de Outrem	946
13. Dívida <i>propter rem</i> e penhora de bem de terceiro	946
14. Conta corrente conjunta	946
Art. 791	946
1. Direito de superfície	947
2. Responsabilidade do superficiário por dívidas que incidam sobre o imóvel	947
3. Enfiteuse, Concessão de Uso Especial para fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso	947
Art. 792	947
1. Fraude à Execução	947
2. Litispendência	948
3. Demanda Real ou Demanda Capaz de Reduzir o Demandado à Insolvência	948
4. Desnecessidade de Prova do <i>Consilium Fraudis</i>	949
5. Proteção ao Terceiro de Boa-Fé	949
6. Fraude à Execução e Fraude contra Credores	949
7. Fraude à Execução e Alienação de Bem Constrito	950
8. Fraude à Execução e Execução Fiscal	950
9. Boa-fé e Bens não sujeitos a Registro	950
10. Fraude à Execução e Bens do Sócio antes do Redirecionamento da Execução	950
11. Fraude à Execução e Impenhorabilidade do Bem de Família	951
12. Súmula 375, STJ, e Execução Fiscal	951
13. Intimação do Terceiro	951
14. Fraude à execução e alienações sucessivas	951
15. Alienação de bem a familiar e fraude à execução	952
Art. 793	952
1. Penhora sobre a Coisa Retida	953
2. <i>Exceptio Excussionis Realis</i>	953
3. Nova Penhora	953
Art. 794	953
1. Benefício de Ordem	953
2. Mesmos Autos	953
3. Benefício de ordem e bens situados em outro foro ou onerados	954
Art. 795	954
1. Bens Particulares dos Sócios	954
2. Redirecionamento	954
3. Formas Sociais	954

4. Desconsideração da Personalidade Jurídica	955
5. Responsabilidade Tributária.....	955
6. Mesmos Autos.....	955
Art. 796	955
1. Espólio	955
2. Redirecionamento da Execução contra o Espólio	956

TÍTULO II

DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

1. Técnicas Processuais Executivas	957
2. Audiência de conciliação.....	957

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 797	957
1. Interesse do Exequente	957
2. Preferência.....	957
3. Títulos Legais de Preferência	958
4. <i>Concursus Fiscalis</i>	958
5. Mais de uma Penhora.....	958
6. Competência	959
Art. 798	959
1. Petição Inicial	959
2. Inclusão das prestações vincendas	960
3. Técnica Processual Executiva	960
4. Instrução.....	960
5. Prova da contraprestação.....	960
6. Requisitos do demonstrativo de débito.....	961
7. Direito à Emenda	961
Art. 799	961
1. Intimação	962
2. Tutela de urgência.....	962
3. Averbação da execução e de atos executivos	962
Art. 800	962
1. Obrigações Alternativas e Obrigações Facultativas	963
2. Escolha.....	963
3. Prazo. Título Executivo Extrajudicial.....	963
Art. 801	963
1. Direito à Emenda	963
2. Embargos à Execução	963
Art. 802	963
1. Interrupção da Prescrição.....	964
2. Interrupção de Prescrição e Vistoria.....	964
3. Prescrição e Títulos Judiciais.....	964
4. Juros de Mora e Execução de Honorários Advocatícios.....	964
5. Execução Integral e Prescrição Parcial.....	964
6. Ação Revisional e Interrupção da Prescrição	964

Art. 803	964
1. Nulidade da Execução.....	965
2. Exceção de Pré-Executividade	965
Art. 804	965
1. Intimação do Senhorio Direto, Credor Pignoratício, Hipotecário, Anticrético ou Usu-frutuário	965
2. Ineficácia	966
Art. 805	966
1. Modo Menos Gravoso para o Executado	966
2. Ônus da prova do meio menos gravoso.....	966
3. Prevalência do princípio da efetividade da execução	967
4. Proporcionalidade e Razoabilidade da Execução	967

Capítulo II

DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

1. Coisa Certa e Coisa Incerta.....	967
-------------------------------------	-----

Seção I

Da Entrega de Coisa Certa

Art. 806	967
1. Tutela dos Direitos e Técnicas Processuais.....	967
2. Poder Executivo do Juiz. Aplicação Subsidiária do art. 538, CPC.....	968
3. Citação do Executado	968
4. Desnecessidade de Segurança do Juízo.....	968
5. Mandado de Imissão na Posse ou de Busca e Apreensão.....	968
6. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	969
Art. 807	969
1. Fim da Execução	969
2. Pagamento de Frutos ou Ressarcimento de Prejuízos	969
Art. 808	969
1. Opção do Exequente.....	969
2. Embargos de Terceiro	969
Art. 809	970
1. Tutela Ressarcitória e Tutela Reparatória	970
2. Valor da Coisa e dos Prejuízos	970
3. Conversão da execução para entrega de coisa para execução por quantia certa.....	970
Art. 810	970
1. Benfeitorias Indenizáveis	970
2. Direito de Retenção	971
3. Saldo em Favor do Devedor	971
4. Saldo em Favor do Credor.....	971

Seção II

Da Entrega de Coisa Incerta

Art. 811	971
1. Prévia Determinação.....	971
2. Ausência de Escolha	971

Art. 812	972
1. Impugnação	972
2. Decisão	972
Art. 813	972
1. Execução para Entrega de Coisa Certa	972

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER

Seção I

Disposições Comuns

Art. 814	972
1. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	972
2. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva	972
3. Data a Partir da qual Será Devida	973
4. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa	973
5. Critérios jurisprudenciais para a fixação da multa coercitiva	974

Seção II

Da Obrigação de Fazer

1. Fazer Fungível e Fazer Infungível	974
Art. 815	974
1. Prazo para Satisfazê-la	974
2. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	974
3. Embargos à Execução	974
Art. 816	975
1. Executada à Custa do Devedor	975
2. Urgência na Realização da Prestação	975
3. Perdas e Danos	975
4. Cláusula Penal	975
Art. 817	975
1. Realização por Terceiro	975
2. Aprovação da Proposta	976
Art. 818	976
1. Prestado o Fato	976
2. Prosseguimento da Execução pela Quantia Adiantada	976
Art. 819	976
1. Ausência de Prestação ou Prestação Incompleta ou Defeituosa	977
2. Oitiva do Terceiro	977
3. Decisão	977
Art. 820	977
1. Preferência do Exequente	977
Art. 821	977
1. Fazer Infungível	978
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário	978

Seção III Da Obrigação de Não Fazer

Art. 822	978
1. Imposição de Não Fazer e Imposição de Desfazer	978
2. Imposição de Não Fazer	978
3. Imposição de Desfazer	978
4. Urgência em Desfazer	979
Art. 823	979
1. Desfazimento à Custa do Executado	979
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário	979

Capítulo IV DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

Seção I Disposições Gerais

Art. 824	979
1. Execução por Quantia Certa	979
Art. 825	980
1. Expropriação	980
2. Preferência	980
Art. 826	980
1. Remição da Execução	980
2. Remição da Execução Fiscal	980
3. Legitimidade	980
4. Termo Final	981
5. Desconstituição da Adjudicação ou Alienação	981

Seção II Da Citação do Devedor e do Arresto

Art. 827	981
1. Honorários de Advogado	981
2. Redução da Verba Honorária	981
3. Não aplicação ao Cumprimento de Sentença Condenatória	981
Art. 828	981
1. Averbação	982
2. Faculdade do Demandante	982
3. Ação cuja Concessão da Tutela do Direito Pode Levar o Demandado ao Estado de Insolvência	982
4. Certidão	983
5. Comunicação	983
6. Cancelamento	983
7. Averbação Manifestamente Indevida	983
Art. 829	983
1. Citação	984
2. Decisão que Determina a Citação	984

3. Litisconsórcio Passivo	984
4. Penhora e Avaliação	984
5. Indicação de Bens à Penhora pelo Exequente	984
6. Dever de indicação de Bens à Penhora pelo Executado	985
7. Direito de indicação de bens pelo executado	985
8. Realização Superveniente da Penhora e Defesa do Executado	985
9. Desconsideração da Pessoa Jurídica e Desconsideração Inversa da Pessoa Jurídica	985
10. Juros de mora	986
11. Citação por edital	986
Art. 830	986
1. Pré-penhora	986
2. Duas Vezes em Dias Distintos	987
3. Citação do Executado	987
4. Conversão Automática	987
5. Desnecessidade de Intimação da Conversão da Pré-penhora em Penhora	987
6. Modalidades de arresto executivo	987

Seção III

Da Penhora, do Depósito e da Avaliação

Subseção I

Do Objeto da Penhora

Art. 831	987
1. Objeto da penhora	988
Art. 832	988
1. Impenhoráveis ou Inalienáveis	988
2. Tipicidade	988
3. Disponibilidade	988
Art. 833	988
1. Impenhorabilidade	989
2. Honorários de Profissional Liberal	989
3. Comissões de Leiloeiro	989
4. Necessários ou Úteis ao Exercício de Qualquer Profissão	990
5. Pequena Propriedade Rural	990
6. Quotas Sociais	990
7. Bem de Família	990
8. Penhorabilidade do bem de família	991
9. Impenhorabilidade de bem de família e preclusão	992
10. Impenhorabilidade de bem de família e fraude à execução	993
11. Crédito Concedido para Aquisição do Próprio Bem	993
12. Créditos destinados ao FIES	993
13. Crédito Alimentar	993
14. Impenhorabilidade de remuneração e depósitos em caderneta de poupança	993
15. Remuneração e impenhorabilidade	993
16. Penhorabilidade de remunerações e honorários advocatícios	994
17. Impenhorabilidade de depósitos em conta-corrente e em fundos de investimentos	994
18. Preservação do mínimo existencial	995
19. Impenhorabilidade e ação de improbidade administrativa	995
20. Incorporação imobiliária	995

Art. 834	995
1. Penhorabilidade, à Falta de Outros Bens	995
Art. 835	995
1. Ordem Preferencial.....	996
2. Ações e Quotas de Sociedades Empresárias	997
3. Percentual do Faturamento de Empresa Executada.....	997
4. Títulos e Valores Mobiliários com Cotação em Mercado	997
5. Outros Direitos.....	997
6. Alteração da ordem legal.....	997
7. Execução de Crédito com Garantia Real.....	997
8. Seguro-garantia judicial e fiança bancária	997
Art. 836	998
1. Não realização da Penhora	998
2. Relação de bens e depósito provisório.....	998
Subseção II	
Da Documentação da Penhora, de seu Registro e do Depósito	
Art. 837	998
1. Comunicação eletrônica de atos executivos	998
Art. 838	998
1. Requisitos	999
Art. 839	999
1. Penhora e Depósito.....	999
Art. 840	999
1. Depositário.....	999
2. Preferencialmente Depositados.....	1000
3. Direitos e Deveres do Depositário.....	1000
4. Prisão Civil. STF	1000
Art. 841	1001
1. Penhora e intimação do executado.....	1001
2. Dispensa de intimação do executado	1001
3. Alteração do endereço do advogado e intimação dirigida ao endereço constante dos autos	1002
Art. 842	1002
1. Cônjuge do Executado.....	1002
Art. 843	1002
1. Bem Indivisível	1002
2. Outras Hipóteses de Condomínio sobre Bem Indivisível	1003
3. Insuficiência do produto da expropriação	1003
4. Preferência na arrematação.....	1003
Art. 844	1003
1. Presunção Absoluta de Conhecimento por Terceiros.....	1003
2. Irrelevância da averbação da penhora para a sua constituição	1003

Subseção III
Do Lugar de Realização da Penhora

Art. 845	1004
1. Onde Quer que se Encontrem os Bens	1004
2. Realização da Penhora	1004
3. Penhora de Imóveis	1004
4. Execução por Carta	1004
5. Embargos à Execução por Carta	1004
Art. 846	1005
1. Ordem de Arrombamento	1005
2. Tutela Penal	1005
3. Auto Circunstanciado	1005
4. Força Policial	1005
5. Auto da Ocorrência	1005

Subseção IV
Das Modificações da Penhora

Art. 847	1006
1. Substituição do Bem Penhorado	1006
2. Ônus do Executado	1006
3. Oferecimento de bem imóvel em substituição	1007
4. Contraditório	1007
Art. 848	1007
1. Substituição da Penhora	1007
2. Substituição por Carta de Fiança ou Apólice de Seguro	1007
3. Contraste entre o art. 847 e art. 848	1008
Art. 849	1008
1. Substituição de bem penhorado e novo termo	1008
Art. 850	1009
1. Instabilidade da penhora	1009
Art. 851	1009
1. Segunda Penhora	1009
2. Impugnação da Execução e Realização de Segunda Penhora	1009
Art. 852	1009
1. Alienação Antecipada	1009
Art. 853	1010
1. Contraditório	1010
2. Contraditório postergado e alienação antecipada de bem	1010
3. Decisão	1010

Subseção V
Da Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira

Art. 854	1010
1. Penhora Eletrônica	1011
2. Bacenjud/Sisbajud	1011

3. Outros instrumentos de penhora eletrônica	1012
4. Dever de se Cadastrar junto aos Sistemas de Penhora Eletrônica.....	1012
5. Penhora Eletrônica e Direito à Intimidade	1013
6. Controle judicial da indisponibilidade.....	1013
7. Impenhorabilidade	1013
8. Responsabilidade civil da instituição financeira.....	1013
9. Partido Político	1014
10. Multa Sancionatória	1014
11. Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito.....	1014
12. Bloqueio de ativos financeiros e citação do executado	1014

Subseção VI

Da Penhora de Créditos

Art. 855	1015
1. Penhora de Crédito.....	1015
Art. 856	1015
1. Penhora de Crédito Representado por Título de Crédito	1015
2. Pagamento do Terceiro	1015
3. Conluio entre o Executado e o Terceiro	1015
Art. 857	1016
1. Sub-rogação ou Alienação	1016
2. Prosseguimento na Execução	1016
3. Sub-rogação, Alienação e Compensabilidade.....	1016
Art. 858	1017
1. Juros, Rendimentos e Prestações	1017
Art. 859	1017
1. Penhora sobre Direito a Coisa.....	1017
Art. 860	1017
1. Penhora sobre Direito Litigioso	1017
2. Penhora no rosto dos autos e arbitragem	1017

Subseção VII

Da Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas

Art. 861	1018
1. Subsidiariedade.....	1018
2. Penhora de quotas de sociedades e vedação contratual.....	1018
3. Sociedades de capital e sociedades de pessoas	1019
4. Sociedades cooperativas	1019
5. Penhora de quotas, alienação de bens da sociedade e fraude à execução.....	1019
6. Penhora de quotas e preferência para sua aquisição.....	1019
7. Prazo do procedimento de penhora e alienação de quotas sociais.....	1020

Subseção VIII

Da Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes

Art. 862	1020
1. Penhora sobre Estabelecimento Comercial, Industrial ou Agrícola, Semoventes, Plantações ou Edifício em Construção	1020

2. Depositário-administrador	1021
3. Edifícios construídos sob regime de incorporação e penhora	1021
4. Administrador e afastamento do incorporador	1021
Art. 863	1021
1. Penhora sobre Empresa mediante Concessão ou Autorização	1021
2. Ausência de Intimação do Poder Público	1021
Art. 864	1022
1. Penhora sobre Navio ou Aeronave	1022
2. Depositário	1022
Art. 865	1022
1. Princípio da menor onerosidade	1022

Subseção IX

Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa

Art. 866	1022
1. Percentual de Faturamento	1023
2. Excepcionalidade	1023

Subseção X

Da Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel

Art. 867	1023
1. Penhora de percentual de faturamento de empresa	1024
2. Menos Gravoso ao Executado e Eficiente para o Recebimento do Crédito	1024
Art. 868	1024
1. Perda do Gozo	1024
2. Eficácia da penhora	1024
3. Administrador	1024
Art. 869	1024
1. Depositário	1025
2. Contraditório e nomeação de terceiro	1025
3. Tempo Necessário	1025
4. Decisão	1025
5. Pagamento	1025
6. Locação	1025

Subseção XI

Da Avaliação

Art. 870	1026
1. Avaliação	1026
2. Avaliador	1026
3. Contraditório. Possibilidade de Nomeação de Assistente Técnico	1026
4. Avaliação Errônea	1027
Art. 871	1027
1. Desnecessidade	1027
2. Avaliação Regular	1027
3. Aceitação da avaliação e presunção relativa	1027

Art. 872	1027
1. Laudo de Avaliação.....	1028
2. Cômoda divisão do bem e alienação	1028
3. Fração impenhorável.....	1028
Art. 873	1028
1. Nova Avaliação	1028
2. Hipóteses.....	1029
3. Segunda avaliação	1029
Art. 874	1029
1. Requerimento do Interessado e Oitiva da Parte Contrária.....	1029
2. Adequação da Penhora.....	1029
Art. 875	1029
1. Início dos Atos de Expropriação	1030

Seção IV Da Expropriação de Bens

Subseção I Da Adjudicação

Art. 876	1030
1. Adjudicação	1030
2. Adjudicação e Dação em Pagamento	1031
3. Momento.....	1031
4. Legitimados.....	1031
5. Preferência.....	1031
6. Intimação	1031
7. Preço.....	1032
8. Crédito Inferior e Crédito Superior	1032
Art. 877	1032
1. Prazo para a lavratura do auto.....	1032
2. Questões Decididas	1032
3. Auto de Adjudicação.....	1033
4. Carta de Adjudicação ou Mandado de Entrega	1033
5. Remição de bem hipotecado	1033
6. Remição e bem de falido ou insolvente	1033
Art. 878	1033
1. Renovação do direito de adjudicação quando frustradas as tentativas de alienação do bem.....	1033

Subseção II Da Alienação

Art. 879	1033
1. Modalidades de alienação judicial	1034
Art. 880	1034
1. Alienação por Iniciativa Particular	1034
2. Momento.....	1034

3. Alienação Particular de Ofício	1034
4. Preço.....	1035
5. Controle Judicial.....	1035
6. Termo de Alienação.....	1035
7. Carta de Alienação ou Mandado de Entrega.....	1035
8. Questões Decididas.....	1035
9. Provimentos dos Tribunais.....	1035
10. Inexistência de corretor ou leiloeiro no foro da causa	1035
Art. 881	1036
1. Ordem de preferência das técnicas de alienação.....	1036
2. Alienação e Bolsa de Valores	1036
Art. 882	1036
1. Prioridade entre as técnicas de leilão judicial	1036
2. Garantias necessárias para o leilão eletrônico.....	1036
3. Leilão eletrônico e duas hastas.....	1036
4. Leilão eletrônico e local dos bens.....	1036
5. Leilão simultâneo	1037
6. Local de realização do leilão presencial.....	1037
Art. 883	1037
1. Indicação	1037
Art. 884	1037
1. Comissão de Leiloeiro	1037
Art. 885	1038
1. Parâmetros do leilão judicial.....	1038
Art. 886	1038
1. Edital de Leilão Público.....	1038
2. Local	1039
3. Execução fiscal e segundo leilão	1039
Art. 887	1039
1. Fixação e Publicação de Editais.....	1039
2. Cientificação do Executado	1039
3. Intimação de titulares de direitos reais limitados, direitos reais de garantia e alguns outros interesses sobre o bem	1040
4. Intimação do Exequente	1040
Art. 888	1040
1. Transferência.....	1040
2. Responsabilidade.....	1040
Art. 889	1041
1. Intimações necessárias	1041
2. Ineficácia da alienação quando não realizadas as intimações	1041
3. Nulidade de algibeira	1042
Art. 890	1042
1. Legitimidade para oferecer lance.....	1042
Art. 891	1042
1. Preço Vil.....	1042

Art. 892	1043
1. Pagamento do lance vencedor	1043
2. Arrematação	1043
3. Arrematação pelo exequente	1043
4. Preferência na arrematação.....	1043
Art. 893	1044
1. Diversos Bens	1044
Art. 894	1044
1. Cômoda Divisão	1044
2. Ausência de Lançador.....	1044
3. Requerimento de alienação fracionada de bem.....	1044
Art. 895	1044
1. Prestações	1045
2. Inadimplemento das prestações	1045
3. Preferência da proposta de pagamento à vista	1045
Art. 896	1046
1. Imóvel de Incapaz	1046
2. Pretendente	1046
Art. 897	1046
1. Inadimplemento	1047
Art. 898	1047
1. Fiador	1047
Art. 899	1047
1. Satisfação do Exequente	1047
2. Menor Onerosidade.....	1047
Art. 900	1047
1. Prosseguimento	1047
Art. 901	1047
1. Auto de Arrematação	1047
2. Prazo de Espera para a Expedição da Ordem de Entrega ou de Imissão e da Carta de Arrematação	1048
3. Ordem de Entrega	1048
4. Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega	1048
5. Requisitos da Carta de Arrematação	1048
6. Imissão na Posse	1048
7. Remição da execução	1049
Art. 902	1049
1. Remição de bem hipotecado	1049
Art. 903	1049
1. Perfeita, Acabada e Irretratável.....	1050
2. Ineficácia da Arrematação	1050
3. Invalidez da Arrematação.....	1050
4. Decisão	1051
5. Procedência dos Embargos do Executado ou da Impugnação.....	1051
6. Expedição da Carta de Arrematação e Desconstituição da Alienação.....	1051

7. Arrependimento do arrematante	1051
8. Arrematação e ônus anteriores sobre os bens	1051
9. Ação anulatória de arrematação e decadência	1052

Seção V

Da Satisfação do Crédito

Art. 904	1052
1. Satisfação do credor	1052
Art. 905	1052
1. Entrega do Dinheiro	1052
2. Credor	1053
3. Plantão judiciário e vedação de levantamento de dinheiro ou de liberação de bens	1053
Art. 906	1053
1. Quitação	1053
Art. 907	1053
1. Devedor	1054
Art. 908	1054
1. Concurso Singular de Credores	1054
2. Preferência	1054
3. Adjudicação, alienação e sub-rogação do crédito	1054
4. Execução e Penhora	1055
5. Concurso entre o advogado e seu cliente	1055
Art. 909	1056
1. Cognição	1056
2. Decisão	1056

Capítulo V

DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Art. 910	1056
1. Execução contra a Fazenda Pública	1056
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública	1057
3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial	1057
4. Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória	1057
5. Citação para Oposição de Embargos	1057
6. Embargos à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo	1058
7. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	1058
8. Conteúdo dos Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	1058
9. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal	1058
10. Precatório	1059
11. Precatório Alimentar	1059
12. Débitos de Natureza Alimentícia	1059
13. Precatório Complementar	1060
14. Ausência de Pagamento de Precatório. Intervenção Federal	1060
15. Crédito de Pequeno Valor	1060
16. Preferência e Sequestro	1061

17. Correção Monetária de Precatórios.....	1061
18. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública	1062
19. Juros de Mora e Expedição do Precatório	1062
20. Prescrição	1062

Capítulo VI

DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Art. 911	1062
1. Alimentos	1063
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos.....	1063
3. Título Executivo	1063
4. Expropriação	1064
5. Oferecimento de Impugnação ou de Embargos.....	1064
6. Execução por Coerção e Citação do Executado	1064
7. Prisão Civil	1064
8. Prazo	1065
Art. 912	1065
1. Desconto em Folha	1066
2. Dever de Terceiros	1066
3. Desconto em Renda.....	1066
Art. 913	1066
1. Execução de Alimentos por Expropriação Patrimonial	1066

TÍTULO III

DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO

Art. 914	1067
1. Embargos do Executado	1067
2. Embargos à Execução e Ônus da Prova	1067
3. Independentemente de Penhora, Depósito ou Caução	1067
4. Distribuição, Apensamento e Instrução	1067
5. Embargos dentro da execução e erro grosseiro	1067
6. Outras Formas de Oposição à Execução.....	1068
7. Exceção de Pré-Executividade	1068
8. Ação Impugnativa Declaratória ou Desconstitutiva Autônoma	1068
9. Embargos à Execução por Carta	1069
10. Embargos do Executado e Valor da Causa.....	1069
Art. 915	1069
1. Prazo	1070
2. Mais de um Executado.....	1070
3. Cônjuges e Companheiros	1070
4. Execuções por Carta Precatória.....	1071
5. Embargos à execução e convenção de arbitragem	1071
Art. 916	1071
1. Parcelamento	1071
2. Pressupostos Legais	1072
3. Deferimento ou Indeferimento.....	1072
4. Não Pagamento de Qualquer das Prestações	1072
5. Requerimento de Parcelamento e Embargos à Execução.....	1073

Art. 917	1073
1. Cognição nos Embargos	1073
2. Inviabilidade da Execução	1074
3. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	1074
4. Excesso de Execução	1074
5. Hipóteses de excesso de execução	1075
6. Quantia Superior à do Título	1075
7. Cumulação Indevida de Execuções	1075
8. Retenção por Benfeitorias	1076
9. Incompetência Absoluta ou Relativa	1076
10. Qualquer Matéria	1076
11. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Compensação	1076
12. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Imissão na Posse	1076
13. Arguição de Impedimento e Suspeição	1076
Art. 918	1077
1. Rejeição Liminar dos Embargos	1077
2. Ausência de Impugnação Específica ao Cálculo do Autor e Rejeição Liminar dos Embargos	1077
3. Direito à Emenda	1077
4. Improcedência Liminar	1078
5. Recurso Cabível	1078
Art. 919	1078
1. Não Terão Efeito Suspensivo	1078
2. Atribuição de Efeito Suspensivo	1078
3. Perigo Manifesto de Dano Grave de Difícil ou Incerta Reparação	1079
4. Prévia e Suficiente Garantia da Execução	1079
5. Modulação do Efeito Suspensivo	1079
6. Alcance do Efeito Suspensivo	1080
7. Decisão Relativa ao Efeito Suspensivo	1080
8. Recurso Cabível	1080
9. Efeito Suspensivo e Prescrição Intercorrente	1080
Art. 920	1080
1. Resposta do Embargado	1080
2. Revelia do Embargado	1080
3. Julgamento Imediato ou Audiência	1081
4. Julgamento de Procedência dos Embargos e Sorte da Adjudicação, Alienação ou Arrematação	1081
5. Honorários Advocatícios	1082
6. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública	1082

TÍTULO IV

DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo I

DA SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 921	1083
1. Suspensão da Execução	1083
2. Embargos à Execução e Impugnação	1084

3. Causas Gerais de Suspensão do Processo	1084
4. Ausência de Bens Penhoráveis	1084
5. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal	1084
6. Prescrição Intercorrente e Intimação do Exequente	1084
7. Prescrição Intercorrente e Falecimento do Exequente	1085
8. Não Localização de Bens e Arquivamento da Execução	1085
9. A Súmula 150, STF	1085
10. As alterações da Lei 14.195/21 e sua inconstitucionalidade	1085
11. Não localização do executado e suspensão do processo	1085
12. Não localização do executado e citação por edital	1086
13. Decretação de nulidade do procedimento que reconhece prescrição intercorrente	1086
14. Extinção da execução por prescrição intercorrente e ônus sucumbenciais	1086
Art. 922	1086
1. Convenção das Partes	1086
Art. 923	1087
1. Atos Urgentes	1087

Capítulo II

DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 924	1087
1. Extinção da Execução	1087
2. Entrega do Dinheiro	1087
3. Pagamento de Débito no Âmbito Administrativo	1088
4. Outras Hipóteses	1088
Art. 925	1088
1. Declaração por Sentença	1088
2. Extinção da Execução e Apelação	1088
3. Extinção da execução e honorários sucumbenciais	1088

LIVRO III

DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

TÍTULO I

DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 926	1090
1. Liberdade, Igualdade e Segurança Jurídica	1090
2. Tribunais	1091
3. Precedente, Jurisprudência e Súmula	1092
4. Estável, Íntegra e Coerente	1093
5. <i>Stare Decisis</i>	1094
6. <i>Stare Decisis</i> Horizontal	1094
7. Precedente do STF. Vigência do <i>Stare Decisis</i> no Direito Brasileiro	1094
8. Precedente do STJ. Vigência do <i>Stare Decisis</i> no Direito Brasileiro	1095

Art. 927	1096
1. <i>Stare Decisis Vertical</i>	1096
2. <i>Ratio Decidendi</i>	1097
3. Questões Idênticas, Semelhantes e Distintas	1098
4. <i>Obiter Dictum</i>	1098
5. Jurisprudência	1098
6. Interpretação e Aplicação	1098
7. Formação	1099
8. Distinção	1099
9. Superação	1099
10. Superação para Frente	1100
11. Modulação de Efeitos	1101
12. Quórum para Superação para Frente	1101
13. Superação Parcial	1101
Art. 928	1102
1. Julgamentos Repetitivos	1102
2. Objeto	1102

Capítulo II

DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL

Art. 929	1102
1. Registro	1102
2. Descentralizado	1102
Art. 930	1103
1. Distribuição	1103
2. Prevenção	1103
Art. 931	1103
1. Relator	1103
Art. 932	1103
1. Poderes do Relator	1104
2. Direção do Processo	1104
3. Questões Incidentais	1104
4. Não Conhecer	1105
5. Negar Provimento	1105
6. Dar Provimento	1105
7. Colegiado	1105
8. Colegiado Como Última Instância	1106
9. Dever de Prevenção	1106
10. Saneamento Recursal e Vícios Formais	1106
Art. 933	1106
1. Dever de Diálogo	1106
2. Momento	1107
Art. 934	1107
1. Publicidade	1107

Art. 935	1107
1. Pauta.....	1107
2. Nova Pauta	1107
3. Vista dos Autos.....	1107
Art. 936	1108
1. Ordem	1108
Art. 937	1108
1. Sustentação Oral.....	1108
2. Feitos que Admitem.....	1109
3. Não Surpresa	1109
4. Sustentação Oral e Agravo Interno de Negativa de Provimento de Recurso Especial	1109
5. Sustentação Oral e Agravo Interno de Decisões Proferidas em Processos de Competência Originária	1109
Art. 938	1109
1. Questões Preliminares	1110
2. Vício Sanável	1110
Art. 939	1110
1. Julgamento Principal	1110
2. Juizes Vencidos	1111
Art. 940	1111
1. Vista	1111
Art. 941	1111
1. Resultado.....	1111
2. Juiz Afastado ou Substituído	1112
3. Voto Vencido	1112
Art. 942	1112
1. Ampliação do Debate	1112
2. Não Unânime	1113
3. Decisões Finais	1113
4. Não se Aplica.....	1113
5. Prosseguimento	1113
6. Embargos Declaratórios do Julgamento Ampliado	1113
Art. 943	1113
1. Suporte.....	1114
2. Ementa.....	1114
3. Publicação	1114
Art. 944	1114
1. Notas	1114
Art. 945	1114
1. Julgamento Eletrônico	1114
Art. 946	1114
1. Ordem de Julgamento.....	1114

Capítulo III DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

Art. 947	1115
1. Assunção de Competência	1115
2. Legitimidade	1115
3. Julgamento	1115
4. Procedimento	1116

Capítulo IV DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

Art. 948	1116
1. Controle de Constitucionalidade	1116
2. Controle Difuso	1116
3. Arguição de Inconstitucionalidade	1116
Art. 949	1117
1. Admissão	1117
2. Rejeição	1117
3. Dispensa	1117
Art. 950	1117
1. Procedimento	1118
2. Direito à Manifestação	1118
3. Decisão	1118

Capítulo V DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA

Art. 951	1118
1. Legitimidade	1118
2. Ministério Público	1119
Art. 952	1119
1. Ilegitimidade	1119
2. Incompetência	1119
Art. 953	1119
1. Competência	1119
2. Forma de Instauração	1119
3. Prova	1120
Art. 954	1120
1. Oitiva	1120
Art. 955	1120
1. Suspensão	1120
2. Urgência	1121
3. Decisão Monocrática	1121
Art. 956	1121
1. Apresentação	1121

Art. 957	1121
1. Decisão	1121
2. Validade	1121
3. Recorribilidade	1121
Art. 958	1122
1. Conflito Interno	1122
2. Reprodução Obrigatória	1122
Art. 959	1122
1. Conflito de Atribuições	1122
2. Competência	1122

Capítulo VI

DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO *EXEQUATUR* À CARTA ROGATÓRIA

Art. 960	1122
1. Homologação	1123
2. Direito à Homologação	1123
3. Decisão Interlocutória Estrangeira	1123
4. Decisão Arbitral Estrangeira	1123
Art. 961	1123
1. Eficácia	1124
2. Parcialmente	1124
3. Urgência e Execução Provisória	1124
4. Execução Fiscal	1124
5. Divórcio Consensual	1124
Art. 962	1124
1. Medida de Urgência	1125
2. Probabilidade e Urgência	1125
3. Validade Expressamente Reconhecida	1125
4. Tutela de Evidência	1125
Art. 963	1125
1. Homologação	1125
2. <i>Exequatur</i>	1126
3. Procedimento	1126
Art. 964	1126
1. Jurisdição Nacional e Jurisdição Estrangeira	1126
Art. 965	1126
1. Sentença Estrangeira Dependente de Cumprimento	1127
2. Procedimento	1127

Capítulo VII

DA AÇÃO RESCISÓRIA

Art. 966	1127
1. Ação Rescisória	1128
2. Ação Rescisória, Ação Anulatória e Querela <i>Nullitatis Insanabilis</i>	1128

3. Decisão de Mérito.....	1128
4. Decisão Impeditiva	1129
5. Cabimento.....	1129
6. Prevaricação, Concussão ou Corrupção	1129
7. Impedimento ou Incompetência	1130
8. Dolo Processual	1130
9. Colusão entre as Partes.....	1130
10. Coisa Julgada.....	1130
11. Violação Manifesta de Norma Jurídica.....	1131
12. Violação Manifesta de Norma Jurídica em Um Sistema de Precedentes	1131
13. Violação de Precedente por Ausência de Subsunção, Necessidade de Distinção e Ação Rescisória.....	1131
14. Ônus de Demonstração Analítica da Distinção.....	1132
15. Prova Falsa.....	1132
16. Prova Nova	1132
17. Erro de Fato.....	1133
18. Ação Anulatória.....	1133
19. Objeto	1133
20. Fundamentos.....	1133
21. Prazo	1134
22. Competência	1134
23. Procedimento	1134
24. Efeitos	1134
Art. 967	1134
1. Legitimidade Ativa.....	1135
2. Legitimidade Passiva	1135
Art. 968	1135
1. Petição Inicial	1136
2. <i>Iudicium Rescindens</i> e <i>Iudicium Rescissorium</i>	1136
3. Depósito.....	1136
4. Dispensa.....	1137
5. Valor da Causa	1137
6. Indeferimento.....	1137
7. Improcedência Liminar	1137
8. Recurso.....	1137
9. Competência	1137
10. Competência e Dever de Auxílio.....	1138
11. Complementação.....	1138
Art. 969	1138
1. Não Impede o Cumprimento.....	1138
2. Tutela Cautelar ou Tutela Antecipada	1138
Art. 970	1139
1. Citação	1139
2. Prazo	1139
3. Resposta	1139
4. Revelia.....	1139
5. Ônus de Impugnação Específica	1139
6. Procedimento Comum	1139

Art. 971	1139
1. Relator	1139
Art. 972	1139
1. Instrução	1140
2. Devolução dos Autos	1140
Art. 973	1140
1. Razões Finais	1140
2. Ministério Público	1140
3. Julgamento	1140
Art. 974	1140
1. Procedência	1141
2. Inadmissibilidade	1141
3. Improcedência	1141
4. Multa	1141
5. Recursos	1141
Art. 975	1141
1. Direito à Rescisão da Coisa Julgada	1141
2. Trânsito em Julgado	1142
3. Crítica à Tese do Trânsito em Julgado Uno e Único	1142
4. Inadmissibilidade Recursal e Trânsito em Julgado	1143
5. Prova Nova	1144
6. Simulação ou Colusão das Partes	1144

Capítulo VIII

DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Art. 976	1145
1. Finalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	1145
2. Multiplicação de Demandas	1146
3. Mesma Questão de Direito	1146
4. Ofensa à Isonomia ou à Segurança Jurídica	1146
5. Causa Pendente de Análise no Tribunal ou em Primeiro Grau	1146
6. Inexistência de Afetação de Recurso Repetitivo sobre a Questão	1146
7. Questão de Direito Material ou Processual	1146
8. Desistência ou Abandono do Processo	1147
9. Custas Processuais	1147
10. Negócios Processuais e IRDR	1147
11. IRDR e Collateral Estoppel	1147
Art. 977	1147
1. Legitimidade	1147
2. Documentos Necessários	1147
3. Prazo	1148
Art. 978	1148
1. Competência	1148
2. Prevenção	1148
Art. 979	1148
1. Publicidade	1148
2. Comunicação Específica aos Legitimados para a Tutela Coletiva	1148

Art. 980	1149
1. Prazo de Julgamento e Preferência	1149
Art. 981	1149
1. Juízo de Admissibilidade.....	1149
Art. 982	1149
1. Suspensão dos Processos	1150
2. Exclusão do Regime de Suspensão	1150
3. Requisição de Informações	1150
4. Intervenção do Ministério Público.....	1150
5. Pedido de Tutela de Urgência	1150
6. Ampliação do Efeito Suspensivo do Incidente	1150
7. Modulação do Efeito Suspensivo	1151
Art. 983	1151
1. Instrução do Incidente	1151
2. Preservação do Contraditório	1151
Art. 984	1151
1. Etapas do Julgamento do Incidente.....	1152
2. Abrangência do Conteúdo do Julgamento	1152
Art. 985	1152
1. Obrigatoriedade de Observância da Decisão.....	1152
2. Reclamação.....	1152
3. Reclamação para Tribunais Superiores e Esgotamento das Instâncias Ordinárias.....	1153
4. Comunicação à Agência Reguladora.....	1153
Art. 986	1153
1. Revisão da Tese	1153
2. Outros Legitimados para a Revisão.....	1153
Art. 987	1153
1. Cabimento de Recurso Especial e Extraordinário	1154
2. Presunção de Repercussão Geral	1154
3. Abrangência da Decisão do Tribunal Superior	1154
4. Efeito Suspensivo	1154
5. Reclamação.....	1155

Capítulo IX DA RECLAMAÇÃO

Art. 988	1155
1. Reclamação.....	1156
2. Cabimento.....	1156
3. Cognição <i>Secundum Eventum Probationis</i>	1157
4. Autonomia.....	1157
5. Competência	1157
6. Esgotamento das Instâncias Ordinárias	1157
Art. 989	1157
1. Relator.....	1158
2. Contestação.....	1158

Art. 990	1158
1. Impugnação	1158
2. Contraditório	1158
Art. 991	1158
1. Ministério Público	1158
Art. 992	1158
1. Competência	1159
2. Autoridade	1159
3. Medida Adequada	1159
Art. 993	1159
1. Imediato Cumprimento	1159

TÍTULO II DOS RECURSOS

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Recurso	1160
2. Sucedâneos Recursais	1160
3. Duplo Grau de Jurisdição	1160
4. Taxatividade	1160
5. Unirrecorribilidade	1160
6. Fungibilidade	1160
7. Consumação	1161
8. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	1161
9. Juízo de Admissibilidade, Colaboração e Unidade do Direito	1162
10. Requisitos Intrínsecos	1162
11. Cabimento	1162
12. Interesse Recursal	1162
13. Legitimidade	1163
14. Inexistência de Fato Extintivo	1163
15. Requisitos Extrínsecos	1163
16. Tempestividade	1163
17. Regularidade Formal	1163
18. Regularidade Formal, Enfrentamento das Razões e Ônus de Alegação Específica. Comunidade Argumentativa de Trabalho	1163
19. Inexistência de Fato Impeditivo	1164
20. Preparo	1164
21. Efeitos	1164
22. Devolutivo	1164
23. Translativo	1164
24. Suspensivo	1165
25. Expansivo	1165
26. Obstativo	1165
27. Substitutivo	1165
Art. 994	1165
1. Taxatividade	1166

Art. 995	1166
1. Não Impedem a Eficácia da Decisão	1166
2. Disposição Legal	1166
3. Decisão Judicial	1166
4. Suspensão da Decisão Recorrida	1167
Art. 996	1167
1. Parte Vencida	1167
2. Terceiro Prejudicado	1167
3. Pessoas Jurídicas de Direito Público	1168
4. Ministério Público	1168
Art. 997	1169
1. Recurso	1169
2. Recurso Adesivo	1169
3. Admissibilidade	1169
4. Subordinação	1169
5. Taxatividade	1170
6. Interposição	1170
7. Mesmas Regras	1170
Art. 998	1170
1. Desistência	1170
2. Litisconsórcio	1171
3. Precedentes	1171
Art. 999	1171
1. Renúncia	1171
2. Litisconsórcio	1171
Art. 1.000	1172
1. Aceitação	1172
2. Expressa ou Tácita	1172
3. Depósito do Valor da Condenação e Multa	1172
4. Litisconsórcio	1172
Art. 1.001	1172
1. Irrecorribilidade	1172
2. Casuística	1173
Art. 1.002	1173
1. No Todo ou em Parte	1173
Art. 1.003	1173
1. Fluência e Contagem	1174
2. Antes da Citação	1174
3. Protocolo	1174
4. Correio	1174
5. Prazo	1174
6. Feriado Local	1174
7. Precedente do STJ sobre a Comprovação de Feriado Local	1175
Art. 1.004	1175
1. Interrupção de Prazo	1175

Art. 1.005	1175
1. Litisconsórcio Unitário	1175
2. Solidariedade	1176
Art. 1.006	1176
1. Baixa dos Autos	1176
Art. 1.007	1176
1. Preparo	1177
2. Dispensa	1177
3. Deserção	1177
Art. 1.008	1178
1. No que Tiver Sido Objeto	1178

Capítulo II DA APELAÇÃO

Art. 1.009	1178
1. Cabimento	1178
2. Regra da Decisão Final	1179
3. Fundamentos	1179
Art. 1.010	1179
1. Forma	1180
2. Independentemente de Juízo de Admissibilidade	1180
Art. 1.011	1180
1. Relator	1180
2. Decisão Monocrática	1180
3. Voto	1180
Art. 1.012	1181
1. Efeito Suspensivo	1181
2. Cumprimento Imediato	1181
3. Alimentos	1182
4. Embargos à Execução	1182
5. Tutela Provisória	1182
6. Efeito Suspensivo <i>Ope Judicis</i>	1182
Art. 1.013	1183
1. Efeito Devolutivo	1183
2. Efeito Translativo	1183
3. Causa Madura	1184
4. Tutela provisória	1184
Art. 1.014	1184
1. Questões de Fato	1184
2. Prova Nova	1184

Capítulo III DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Art. 1.015	1185
1. Cabimento	1185

2. Rol Taxativo.....	1185
3. Também Caberá.....	1186
4. Demais Casos.....	1186
Art. 1.016	1186
1. Forma.....	1187
Art. 1.017	1187
1. Instrumento.....	1187
2. Obrigatórias.....	1188
3. Facultativas.....	1188
4. Obrigatórias, Facultativas e Colaboração.....	1188
5. Preparo.....	1188
6. Interposição.....	1188
7. Processo Eletrônico.....	1188
Art. 1.018	1188
1. Juntada.....	1189
2. Inadmissibilidade.....	1189
Art. 1.019	1189
1. Decisão Monocrática.....	1189
2. Efeito Suspensivo.....	1190
3. Antecipação da Tutela Recursal.....	1190
4. Resposta.....	1190
5. Ministério Público.....	1190
6. Decisão do Relator.....	1190
Art. 1.020	1191
1. Julgamento.....	1191

Capítulo IV DO AGRAVO INTERNO

Art. 1.021	1191
1. Cabimento Decisão Relator.....	1191
2. Cabimento Decisão Presidente ou Vice.....	1192
3. Impugnação Específica.....	1192
4. Reprodução dos Fundamentos.....	1193
5. Procedimento.....	1193
6. Decisão de Única ou Última Instância.....	1193
7. Julgamento.....	1194
8. Multa.....	1194

Capítulo V DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 1.022	1194
1. Cabimento.....	1195
2. Obscuridade.....	1195
3. Contradição.....	1195
4. Omissão.....	1195
5. Erro Material.....	1196
6. Embargos de Declaração e Agravo Interno.....	1196

Art. 1.023	1196
1. Prazo	1196
2. Petição Escrita	1196
3. Juiz	1197
4. Preparo	1197
5. Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes	1197
6. Contrarrazões	1197
Art. 1.024	1197
1. Julgamento	1198
2. Conversão	1198
3. Complementação	1198
4. Desnecessidade de Ratificação	1198
Art. 1.025	1199
1. Prequestionamento	1199
Art. 1.026	1199
1. Não Têm Efeito Suspensivo	1199
2. Outorga de Efeito Suspensivo	1200
3. Interrupção de Prazo	1200
4. Manifestamente Protelatórios	1200
5. Depósito	1201
6. Revisão do Valor da Multa por Embargos Protelatórios	1201

Capítulo VI

DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1. Recursos para o STF e para o STJ	1201
---	------

Seção I

Do Recurso Ordinário

Art. 1.027	1202
1. Recurso ordinário	1202
2. Recurso ordinário para o STF	1202
3. Recurso ordinário para o STJ	1203
4. Agravo de instrumento	1203
5. Causa madura	1203
6. Tutela provisória	1204
Art. 1.028	1204
1. Admissibilidade, procedimento e efeitos	1204
2. Interposição	1204
3. Processamento no STF e no STJ	1204

Seção II

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO E DO RECURSO ESPECIAL

1. O STF e o STJ como Cortes Supremas	1204
2. Recurso Extraordinário e Recurso Especial	1206
3. Repercussão Geral e Relevância.	1206
4. Causa Constitucional e Causa Federal	1207
5. Prequestionamento e Embargos de Declaração	1207

6. Única ou Última Instância	1208
7. Cabimento Recurso Extraordinário	1208
8. Cabimento Recurso Especial	1209
9. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Tutela Provisória	1209
10. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Direito Probatório	1210
11. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Juizados Especiais	1211
12. Efeito Translativo e Recursos Extraordinários	1211

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 1.029	1211
1. Cabimento	1212
2. Repercussão Geral e Relevância	1212
3. Fatos do Caso	1212
4. Interpretação de Cláusulas Negociais	1213
5. Razões	1213
6. Exposição Analítica	1213
7. Dissídio Jurisprudencial	1214
8. Divergência e Orientação Firmada	1215
9. Prova da Divergência	1215
10. Fundamento Genérico	1215
11. Desconsideração Vício Formal	1215
12. Suspensão em Todo o Território Nacional	1216
13. Tutela Provisória	1216
Art. 1.030	1217
1. Contrarrazões	1217
2. Juízo de Admissibilidade	1217
3. Negar Seguimento. Inadmissibilidade	1218
4. Instrumentos Tópicos para Distinção. Agravo Interno, Agravo em RE e Agravo em REsp	1218
5. Instrumento Heterotópico para Distinção. Ação Rescisória	1219
6. Retratção	1219
7. Sobrestamento	1219
8. Seleção	1220
9. Admissão e Remessa	1220
10. Inadmissão, Agravo em RE e Agravo em REsp	1220
Art. 1.031	1220
1. Interposição Simultânea	1220
2. Inversão da Ordem	1220
Art. 1.032	1221
1. Livre Trânsito	1221
2. Dever de Prevenção	1221
Art. 1.033	1222
1. Livre Trânsito	1222
2. Dever de Prevenção	1222
Art. 1.034	1222
1. Aplicando o Direito à Espécie	1222
2. Efeito Devolutivo e Efeito Translativo	1223

Art. 1.035	1223
1. Repercussão Geral	1224
2. Relevância e Transcendência	1225
3. Repercussão Geral e Julgamento de Casos Repetitivos	1225
4. Causas com Repercussão Geral	1226
5. Causas sem Repercussão Geral	1226
6. Competência	1226
7. <i>Amicus Curiae</i>	1226
8. Quórum	1226
9. Momento	1227
10. Deliberação Eletrônica	1227
11. Suspensão	1227
12. Suspensão, Execução e Coisa Julgada	1227
13. Recurso Equivocadamente Sobrestado	1227
14. Recurso Inutilmente Sobrestado	1227
15. Não Reconhecimento	1228
16. Reconhecimento	1228
17. Aplicação do Precedente para Inadmissibilidade Recursal	1228
18. Súmula	1228

Subseção II

Do Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos

1. Julgamento em Bloco	1229
2. Cinco Estágios	1229
Art. 1.036	1229
1. Aferição	1230
Art. 1.037	1230
1. Afetação	1231
2. Suspensão, Execução e Coisa Julgada	1231
3. Distinção	1232
Art. 1.038	1232
1. Instrução	1232
2. Decisão	1232
3. Decisão sobre Questão não Delimitada	1233
Art. 1.039	1233
1. Irradiação	1233
Art. 1.040	1234
1. Publicação	1234
2. Desistência	1234
Art. 1.041	1234
1. Fidelidade	1235

Seção III

Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário

Art. 1.042	1235
1. Cabimento	1236
2. Prazo	1237

3. Razões	1237
4. Contrarrazões	1237
5. Julgamento Conjunto	1237
6. Interposição Conjunta	1237

Seção IV

Dos Embargos de Divergência

Art. 1.043	1238
1. Cabimento.....	1238
2. Embargos de Divergência e Decisão Monocrática	1239
3. Divergência.....	1239
4. Razões	1239
5. Fundamento Genérico	1240
Art. 1.044	1240
1. Julgamento	1240

LIVRO COMPLEMENTAR DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 1.045	1241
1. <i>Vacatio Legis</i>	1241
Art. 1.046	1241
1. Direito Intertemporal	1241
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo	1241
3. Isolamento dos Atos Processuais	1242
4. Aplicação do Código de Processo Civil de 1973	1242
Art. 1.047	1242
1. Direito Intertemporal e Direito Probatório	1243
Art. 1.048	1243
1. Idoso.....	1243
2. Criança e Tratamento Prioritário	1244
3. Pessoa com Deficiência	1244
4. Requerimento.....	1244
5. Não Cessação.....	1244
Art. 1.049	1244
1. Procedimento Comum	1244
Art. 1.050	1244
1. Cadastro da Administração Pública em Sistema Eletrônico	1244
Art. 1.051	1245
1. Cadastro de Empresas Públicas e Privadas em Sistema Eletrônico	1245
2. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.....	1245
Art. 1.052	1245
1. Execução contra Devedor Insolvente	1245
Art. 1.053	1245
1. Atos Processuais Eletrônicos.....	1245

Art. 1.054	1246
1. Coisa Julgada e Questão Prejudicial	1246
Art. 1.055	1246
Art. 1.056	1246
1. Termo Inicial da Prescrição Intercorrente	1246
2. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal	1246
Art. 1.057	1246
1. Impugnação, Controle de Constitucionalidade e Direito Intertemporal	1246
2. Inconstitucionalidade	1247
Art. 1.058	1247
1. Recolhimento de Dinheiro	1247
Art. 1.059	1247
1. Tutela Provisória e Fazenda Pública	1247
2. Esgotamento do Objeto da Ação	1247
3. Ponderação	1248
Art. 1.060	1248
1. Custas na Justiça Federal	1248
Art. 1.061	1248
1. Nulidade da Sentença Arbitral	1248
Art. 1.062	1249
1. Desconsideração de Personalidade Jurídica e Juizados Especiais	1249
Art. 1.063	1249
1. Competência Material dos Juizados Especiais Cíveis	1249
Art. 1.064	1249
1. Embargos de Declaração e Juizados Especiais	1249
Art. 1.065	1249
1. Interrupção do Prazo Recursal pela Interposição de Embargos Declaratórios nos Juizados Especiais	1250
Art. 1.066	1250
1. Embargos Declaratórios Criminais e Juizados Especiais	1250
Art. 1.067	1250
1. Embargos de Declaração e Justiça Eleitoral	1251
Art. 1.068	1251
1. Credores Solidários e Extensão do Julgamento	1251
2. Anulação de Partilha	1251
Art. 1.069	1251
1. Avaliação da Efetividade do Código	1251
Art. 1.070	1252
1. Prazo de Agravo Regimental	1252
Art. 1.071	1252
1. Usucapião Extrajudicial	1253

2. Intimação do Poder Público	1253
3. Intimação de Terceiros	1253
4. Procedimento	1253
Art. 1.072	1254
1. Decreto-Lei 25/37	1254
2. Código Civil	1254
3. Assistência Judiciária Gratuita	1254
4. Lei 8.038/1990	1254
5. Lei de Alimentos	1254
6. Lei de Infrações contra a Ordem Econômica	1254